

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 063/2023
Data: 12/04/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
OU VAI OU RACHA?.....	4
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
SEM INFRAESTRUTURA NÃO TEREMOS GÁS PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO	5
ARSEPAM FORTALECE O DIÁLOGO SOBRE O MERCADO DE GÁS NATURAL DO AMAZONAS	6
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	7
GOVERNO FEDERAL TRABALHA PARA AUMENTAR SEGURANÇA EM RODOVIAS FEDERAIS, DIZ SECRETÁRIA DO MT.....	7
PORTAL PORTO GENTE	7
ATP CONVIDA MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS PARA MISSÃO NA BÉLGICA	7
BE NEWS – BRASIL EXPORT	8
EDITORIAL – AS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO	8
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	9
<i>STJ concorda 1</i>	9
<i>STJ concorda 2</i>	9
<i>Encontro e convite</i>	9
<i>Ferrovias</i>	9
PORTO DO RIO DE JANEIRO – MINISTRO INDICA NOVO PRESIDENTE DA PORTOSRIO.....	9
GOVERNO MUDA ESTRUTURA DO CONSELHO NACIONAL DE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO	10
NACIONAL - MINISTRO DE MINAS E ENERGIA DESISTE DE IR À CHINA COM LULA.....	10
ESPECIAL NORTE EXPORT – DESENVOLVIMENTO - NORTE EXPORT DEFENDE GESTÃO HIDROVIÁRIA E ACESSOS RODOVIÁRIOS	11
#SAVE THE DATE – SANTOS EXPORT - 15 E 16 DE MAIO DE 2023.....	14
SEM CATEGORIA - PROBLEMAS DE ACESSOS NA REGIÃO NORTE JÁ DURAM 20 ANOS, DIZ GERENTE DA CARGILL.....	14
NORTE EXPORT - DRAGAGEM, SINALIZAÇÃO E PREPARO PROFISSIONAL SÃO DESAFIOS NOS RIOS AMAZONAS E MADEIRA	15
NORTE EXPORT - SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE INFRAESTRUTURA PRECISA SER FOCO DO GOVERNO	16
NORTE EXPORT - PROJETO DE REINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL PASSA DIRETAMENTE POR MANAUS E A ZONA FRANCA	17
NORTE EXPORT - SOBREPOSIÇÃO DE COMPETÊNCIAS É UM DOS MAIORES PROBLEMAS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	18
ESG ESTÁ PRESENTE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS E NO DIA A DIA DE TRABALHO DOS ADVOGADOS	19
OPNIÃO - DIREITO - A VANGUARDA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO DIANTE DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS	21
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	22
PORTO ITAPOÁ BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO MENSAL EM MARÇO	22
GOVERNO MIRA ASIÁTICAS E ANUNCIA FIM DA ISENÇÃO DE IMPORTAÇÕES DE ATÉ US\$ 50.....	23
ARGENTINA AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE EMBARQUES DE SOJA POR 60 DIAS	23
MÁRCIO FRANÇA INDICA ALIADO PARA PRESIDIR PORTO DE SANTOS	24
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	24
OBJETIVO DA LEI DO GÁS DE ALAGOAS É PROMOVER O LIVRE MERCADO, DIZ GOVERNADOR.....	24
“EU NÃO QUERO SER FRETE DO MEU GÁS”, DIZ GOVERNADOR DE SERGIPE	26
CÂMARA E ANEEL REACENDEM ATRITOS NA DEFINIÇÃO DE REGRAS PARA SETOR ELÉTRICO	28
GASOLINA VOLTA A SER VILÃ DA INFLAÇÃO	29
JORNAL O GLOBO – RJ.....	32
FAZENDA PREPARA REGRAS MAIS DURAS PARA COMPRAS EM SITES COMO DAS ASIÁTICAS SHEIN E SHOPEE	32
GOVERNO FEDERAL QUER ALÍVIO EM IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA VIABILIZAR GALEÃO E LIMITAR SANTOS DUMONT	33
ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS TENTAM BRECAR EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS	35
GOVERNO ESTUDA DESONERAR PPPS DA ÁREA SOCIAL, DIZ MINISTRO DA CASA CIVIL	36
JANJA DEFENDE GOVERNO NAS REDES E DIZ QUE TAXAÇÃO SOBRE COMÉRCIO ELETRÔNICO 'ATINGIRÁ EMPRESAS' E NÃO CONSUMIDORES.....	36
TEBET DIZ QUE ARCABOUÇO FISCAL DEVE SER VOTADO ATÉ O FINAL DO PRIMEIRO SEMESTRE	37
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	37
TARCÍSIO APRESENTA PRIORIDADES DO GOVERNO PARA LÍDERES DA BASE NA ALESP; VEJA QUAIS SÃO	38
RECUSA DO BRASIL EM VENDER ARMAS PARA A UCRAÍNA SE TRANSFORMA EM PROBLEMA PARA ZELENSKI.....	40
UNIÃO BRASIL E PP FORMALIZAM MAIOR BLOCO DA CÂMARA COM PARTIDOS DA BASE DO GOVERNO LULA E DE CENTRO ...	40



GENERAL EXONERADO DO COMANDO DO PLANALTO E MAIS 80 MILITARES DEPÕEM SOBRE ATOS GOLPISTAS.....	41
IMPORTAÇÕES DE DIESEL RUSSO DISPARARAM NO BRASIL APÓS SANÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA; ENTENDA.....	42
REFORMA TRIBUTÁRIA TERÁ 2º BLOCO COM MUDANÇA EM IMPOSTOS SOBRE SALÁRIOS E PATRIMÔNIO, DIZ APPY.....	44
TEMPESTADE PERFEITA PODERÁ ELEVAR PREÇO DO PETRÓLEO NOS PRÓXIMOS MESES.....	45
‘INDICAÇÃO AO STF NÃO PODE PARECER ATO DE GRATIDÃO’, DIZ EX-MINISTRO AYRES BRITTO.....	46
VALOR ECONÔMICO (SP).....	47
REGULAMENTAÇÃO DA ‘BR DO MAR’ SAI EM ATÉ 45 DIAS, DIZ MINISTRO.....	47
MINÉRIO DE FERRO CAI 1% NO MERCADO À VISTA, PARA US\$ 120,75 POR TONELADA.....	48
EMPRESAS USAM MAIS REDES PRIVATIVAS DE TELECOMUNICAÇÕES.....	49
VENDA DE PASSAGENS A R\$ 200 DEVE COMEÇAR EM AGOSTO COM 3 AÉREAS, DIZ FRANÇA.....	50
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	51
RECEITA QUER INTENSIFICAR FISCALIZAÇÃO DE IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO.....	51
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	52
PETROBRAS REDUZ EM 39% EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NOS ÚLTIMOS SETE ANOS.....	52
DIRETOR-GERAL DA ANTAQ AFIRMA QUE AGÊNCIA DARÁ FOCO A AGENDA HIDROVIÁRIA.....	53
GOVERNO FEDERAL DEVE ATINGIR R\$ 6 BILHÕES GARANTIDOS PARA INFRAESTRUTURA NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DO ANO.....	54
1ª TURMA DO STJ REITERA DECISÃO DO TRF-3 SOBRE LEGALIDADE DA COBRANÇA DO SSE/THC-2.....	54
FICO: INFRA S.A. LIBERA 80 QUILOMETROS DE FERROVIA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE.....	55
RIO DE JANEIRO RECEBE PRIMEIRO NAVIO DE GRANDE PORTE EQUIPADO COM VELA ROTATIVAS.....	56
VLI TEM NOTA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO AAA REAFIRMADA PELA S&P.....	57
WILSON SONS REALIZA DOCAGEM DE EMBARCAÇÃO DA TECHNIPFMC NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA, NO GUARUJÁ, NO PORTO DE SANTOS.....	58
PORTO ITAPOÁ REGISTRA MOVIMENTAÇÃO RECORDE EM MARÇO.....	58
CRONOGRAMA PREVÊ 100% DAS DECLARAÇÕES DE IMPORTAÇÃO NO PORTAL ÚNICO EM 2024.....	59
PROJETO DE MINI-TRANSPONDER MELHORA SEGURANÇA PARA FAMÍLIAS RIBEIRINHAS NA REGIÃO AMAZÔNICA.....	60
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	61
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	61



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

OU VAI OU RACHA?

O ambiente nunca foi tão favorável para as iniciativas pública e privada

Por: *Maxwell Rodrigues*



Coluna Max Foto: Divulgação

A temporada de cruzeiros 2022/2023 termina neste mês como a maior dos últimos tempos e a expectativa para a próxima é que tenhamos um acréscimo considerável na quantidade de viajantes e novas embarcações atracando no Porto de Santos. De um lado, podemos e devemos comemorar os números expressivos alcançados no atual ciclo, que ocorreram logo após o fim do período mais crítico de restrições impostas pela pandemia, com maior volume de viajantes e graças à eficiência e à modernidade do

terminal de passageiros no complexo portuário santista.

Contudo, o que ainda não podemos comemorar é a maneira como os passageiros são transportados do terminal para os navios de cruzeiro. Quem já experimentou, sabe que os ônibus passam por locais esburacados, muitas vezes sujos, com péssimo aspecto e em meio às operações portuárias. Já do lado de fora, ainda é preciso atravessar a Avenida Perimetral com malas nas mãos e trilhos no chão, um verdadeiro exercício de sobrevivência para chegar ou sair do terminal. Quem passa pela Perimetral já presenciou os passageiros nessa empreitada e, assim como eu, santista que sou, talvez fique até envergonhado em receber pessoas dessa forma em nossa Cidade.

As autoridades já falaram sobre a construção de um novo terminal no Valongo, tentaram colocar fertilizantes do lado do terminal existente e citaram projetos de melhoria do receptivo, fomento ao turismo e tantas outras necessidades. Nada avançou. O que avança é o aumento das operações de cruzeiros, acompanhado de perda de oportunidade em aumentar a arrecadação em nossa região com a atratividade desses passageiros. Atratividade com turismo de verdade, não o que conhecemos como “turismo”.

É preciso proporcionar liberdade para empreender nessa área à iniciativa privada, evitando que isso fique restrito ao setor público, com incentivos reais para operadores do turismo fincarem suas atividades em nossa Cidade e na Baixada Santista.

O prefeito de Santos, Rogério Santos, tem como bandeira a revitalização do Centro Histórico, que deve ser feito com turismo e segurança pública. Além dele, temos o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrício Pierdomenico, que é da nossa cidade e conhece muito bem a atividade de cruzeiros - arrisco-me a dizer que é um dos maiores conhecedores do tema no País. Por fim, nosso ministro de Portos e Aeroportos, Márcio Franca, que fez um cruzeiro no fim do ano passado e, conforme apurei, ficou impressionado positivamente com o terminal de passageiros, mas decepcionado com os acessos fora do terminal e o processo de chegada às embarcações.

Outras cidades brasileiras estão aumentando suas operações envolvendo os cruzeiros marítimos e o número de paradas. Deixo aqui um ponto de atenção especial para os portos do Sul do Brasil, que elevaram suas operações significativamente. Assim como ocorreu com as cargas, eles já roubam uma boa fatia do que era antes operado por Santos.

O aumento de capacidade está associado a fatores como infraestrutura e velocidade nos investimentos. Costumo lembrar que sonhar grande ou pequeno dá o mesmo trabalho e espero acordar no início da temporada 2023/2024 com esses pontos resolvidos, em vez de ter tido outro pesadelo. O ambiente nunca foi tão favorável, tanto do lado do poder público quanto da iniciativa privada. Por isso, digo: agora vai ou racha!

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 12/04/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

SEM INFRAESTRUTURA NÃO TEREMOS GÁS PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO

Construção de gasodutos e UPGN's permitiria interiorização do gás natural e redução dos preços, escreve Adriano Pires

Informações: Poder 360



É cada vez mais evidente a necessidade de infraestrutura de transporte e escoamento de gás natural para o desenvolvimento do mercado doméstico do combustível no Brasil. Planejadores e reguladores do setor sabem que o gás é a alternativa de combustível fóssil menos poluente e altamente eficiente, com o potencial de desempenhar um papel fundamental na transição energética nacional e na reindustrialização. O Brasil tem grandes reservas de gás natural. São ao todo 381 bilhões de m³ de reservas provadas em 2021. Do total, 304 bilhões de m³ encontram-se no mar e os 77 bilhões restantes, em terra.

Para transformar essas reservas em produção, um dos principais desafios é construir uma infraestrutura robusta. Isso envolve a construção de gasodutos e UPGNs para o processamento de gás natural. Essas obras são essenciais e vão permitir a interiorização do gás natural, a redução dos volumes de reinjeção e mesmo uma redução no preço da molécula.

A fim de dimensionar o baixo alcance da rede de gasodutos doméstica, pode-se tomar como comparativo o desenvolvimento da malha de gasodutos de transporte na Argentina, país vizinho com cerca de 1/3 da extensão territorial do Brasil. Enquanto o maior país da América do Sul conta com só 9.400 km, a Argentina tem 16.400 km. No caso do argentino, o gás natural exerceu um importante papel no processo de industrialização do país –uma posição similar à necessária para o processo de reindustrialização brasileira.

No Outlook 2023 do CBIE Advisory mostramos que durante 2022 o Brasil reinjetou, em média, 50% da sua produção total de gás natural. Em termos absolutos, esse valor representa aproximadamente 68,4 milhões de m³/dia, quase 2 vezes maior que a média de importação no mesmo ano, de só 24,04 milhões de m³/dia.

Basta analisar os números de 2022 para notar o desequilíbrio na conjuntura atual das cadeias de produção domésticas. A realização de investimentos efetivos no escoamento da produção pode eliminar a necessidade de importação do país e, até mesmo, nos tornar um exportador líquido de gás natural.

Ainda de acordo com o Outlook 2023, o valor gasto com importações de Gás Natural Liquefeito (GNL), de maio a dezembro de 2022, seria suficiente para construir importantes gasodutos de escoamento previstos no Plano Indicativo de Processamento e Escoamento de Gás Natural (Pipe). É

o caso da Rota 4, que demandaria investimentos da ordem de US\$1 bilhão em valores atualizados. Esse projeto teria capacidade de escoar cerca de 20 milhões de m³/dia de gás natural, aumentando a oferta e, conseqüentemente, viabilizando melhores preços.

Com a expansão das infraestruturas essenciais cria-se condições para o aumento da oferta, preços mais baixos da molécula, interiorização do gás, criação de renda e emprego, ajudando na reindustrialização do país.

Nesse sentido, o aperfeiçoamento do arcabouço regulatório também é essencial para comportar uma nova dinâmica entre agentes de mercado. Atualmente, o segmento de gás natural no país ainda é fragmentado e pouco desenvolvido, limitando a entrada de novos players e impedindo a criação de uma cadeia mais robusta e eficiente.

Com a infraestrutura adequada, seria possível integrar as diversas regiões produtoras e consumidoras do país. Novos projetos de infraestrutura, tal como o Gasoduto Rota 3, que já está em andamento, são fundamentais para o desenvolvimento do mercado nacional de gás natural. Tais projetos só sairão do papel com a criação de políticas públicas, como as anunciadas pelo governo na reunião do CNPE, no lançamento do Programa Gás para Empregar.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/04/2023

ARSEPAM FORTALECE O DIÁLOGO SOBRE O MERCADO DE GÁS NATURAL DO AMAZONAS

Informações: [Click Petróleo e Gás](#)



Gás natural do Amazonas (fotodivulgação)

O diretor-presidente da autarquia, João Rufino Júnior, esteve no Rio de Janeiro, de 4 a 7 de abril, realizando uma série de reuniões de alinhamento com entidades que realizam trabalhos voltados à regulação do mercado de gás natural.

O gestor participou de reuniões com representantes da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), da Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural (ABPIP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os objetivos da Arsepam com as entidades

Com a ANP, João Rufino propôs um termo de cooperação técnica para a troca de experiências entre as instituições. A proposta foi bem recebida pela diretoria do órgão regulador federal, e brevemente novas conversas sobre o assunto serão marcadas.

Já com a FGV, foi alinhada uma possível colaboração para o desenvolvimento institucional e organizacional da Arsepam, assim como do conselho de regulação integrado à autarquia estadual. Foi debatida também a própria regulamentação da Lei nº 5.420/2021, que é a Lei do Gás Natural, pois existem dispositivos que precisam ser objetos de regulamentação. A FGV é uma parceira importante nesse processo.

Com os demais órgãos, a Arsepam buscou ampliar o diálogo e estreitar o relacionamento, assim como firmar o compromisso de consultá-los, sempre que for oportuno, para os processos de criação normativa.

A importância do trabalho para o Amazonas



O trabalho da Arsepam impacta diretamente essas agências e é importante que possam ser ouvidas e, assim, construir um estoque regulatório e um quadro normativo que, partindo do pressuposto na Lei do Gás Natural, contribua também para o crescimento do mercado livre e para a consolidação do desenvolvimento econômico do Amazonas.

A consultora jurídica da ABPIP, Daniela Santos, reforçou durante a reunião que o compartilhamento de informações é fundamental para entender as particularidades do Amazonas e os pontos que exigem normas diferenciadas de regulação, levando em consideração a condição do Estado.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 12/04/2023



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

GOVERNO FEDERAL TRABALHA PARA AUMENTAR SEGURANÇA EM RODOVIAS FEDERAIS, DIZ SECRETÁRIA DO MT

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, Viviane Esse destacou os esforços do Ministério dos Transportes para reduzir acidentes no trânsito

Colocar em prática uma nova política de segurança viária, com equipes de diferentes áreas do Governo Federal trabalhando em conjunto para desenvolver soluções que visam minimizar pontos críticos nas estradas, deve resultar na redução dos números e gravidade dos acidentes em rodovias federais. A avaliação é da secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, durante audiência pública nesta terça-feira (11) na Câmara dos Deputados.

Segundo Viviane, a orientação dada pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, é que as três secretarias nacionais da pasta – Transporte Ferroviário, Transporte Rodoviário e de Trânsito – trabalhassem em conjunto com o objetivo de apresentar soluções e alternativas que possam aumentar a segurança no trânsito.

“As três secretarias nacionais estão debruçadas para o enfrentamento dessa problemática que é muito grande e vai além da questão de transportes e de logística. A gente tem um impacto na vida das pessoas envolvidas nesses acidentes”, disse a secretária, durante o encontro semipresencial que teve como objetivo debater possível redução nos custos de pedágio na BR-040 e apresentar o andamento de projetos na rodovia.

Maio Amarelo

Com o slogan “No trânsito, escolha a vida”, a campanha de 2023 do Maio Amarelo quer conscientizar a população de cuidados especiais ao dirigir. “Esse ano a gente completa 10 anos de campanha. É extremamente importante a conscientização de uma direção cautelosa, de uma atenção e de um preparo para a direção”, disse Viviane.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 12/04/2023



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

ATP CONVIDA MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS PARA MISSÃO NA BÉLGICA

Redação Portogente

Presidente da associação entregou guia de sustentabilidade portuária para Márcio França

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, foi recebido nesta terça (11/4) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, na sede da pasta, em Brasília.



Ministro Márcio França (à esq.) e presidente da ATP, Murilo Barbosa. Crédito: Divulgação | ATP.

Na oportunidade, Murillo entregou ao ministro o convite para participar da Missão ATP Bélgica, organizada pela associação, para conhecer os portos de Antuérpia, Zeebrugge e Ghent, localizados no país europeu.

“Foi um encontro de aproximação muito produtivo, onde conseguimos falar um pouco da história da associação e da importância dos terminais privados”, explicou Murillo.

A missão será realizada de 22 a 26 de maio. O objetivo é a troca de experiências entre os participantes, proporcionando uma vivência da realidade da operação e da gestão portuária em países que são referência no segmento logístico e portuário.

Na ocasião, França também recebeu exemplares do Guia de Sustentabilidade Portuária: A Estratégia ESG, inédito no segmento. A publicação foi produzida pela ATP, em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH).

Faça download gratuito do arquivo do guia, clicando aqui.

<https://www.portosprivados.org.br/publicacoes/sustentabilidade-portuaria>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 12/04/2023

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – AS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Governo Federal reestruturou o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, que passou a fazer do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, tendo o ministro e vice-presidente Geraldo Alckmin à frente do órgão. Antes, o conselho estava subordinado ao Ministério da Economia.

As mudanças também envolvem seus membros. Agora, o colegiado passa a ser integrado pelos secretários-executivos da Casa Civil e dos ministérios da Fazenda; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Planejamento e Orçamento; de Portos e Aeroportos; e dos Transportes.

Em um governo que tem uma proposta de reindustrialização como um de seus principais projetos, o conselho pode ter um papel estratégico. O órgão tem a função de analisar as propostas de criação de Zonas de Processamento, áreas onde cargas importadas são beneficiadas para, então, serem exportadas, em um processo beneficiado com isenções tributárias.

Ao se colocar como presidente desse conselho, o vice-presidente Alckmin tem a oportunidade de dar um novo impulso ao processo de reindustrialização, associando-o diretamente ao comércio exterior. Que tal iniciativa seja colocada em prática com brevidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

STJ CONCORDA 1

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou, de forma unânime, a legalidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega (SSE) de contêineres nos terminais portuários brasileiros, antigamente denominado THC2. A sentença foi emitida ontem, terça-feira, dia 11, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal da 3 Região (TRF-3), dada durante o julgamento do Recurso Especial nº 1.774.301/SP. A medida também segue a linha destacada em estudos realizados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor) e pela Secretaria Nacional de Portos.

STJ CONCORDA 2

O SSE é cobrado nas operações de importação, na entrega de contêineres carregados pelos terminais portuários para os terminais retroportuários. Para o diretor jurídico da operadora logística e portuária Santos Brasil, Gabriel Moura, a decisão do STJ “é mais um precedente no sentido da consolidação e pacificação do entendimento da absoluta legalidade da cobrança do SSE no âmbito do Judiciário”.

ENCONTRO E CONVITE

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, recebeu o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, nessa terça-feira, dia 11, na sede do Ministério, em Brasília. No encontro, o executivo convidou França a participar da missão que a entidade empresarial fará à Bélgica entre os dias 22 e 26 de maio, para visitas técnicas aos portos de Antuérpia, Zeebrugge e Ghent. “Foi um encontro de aproximação muito produtivo, onde conseguimos falar um pouco da história da associação e da importância dos terminais privados”, afirmou Murillo.

FERROVIA

Um total de 80 quilômetros de frente de obras foi liberado para a construção do primeiro trecho da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), nas cidades de Crixás e Santa Terezinha de Goiás. A medida foi possível após a conclusão da desapropriação de 50 quilômetros de terras na faixa de domínio da Fico acordada entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Infra S.A. e a Vale.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

PORTO DO RIO DE JANEIRO – MINISTRO INDICA NOVO PRESIDENTE DA PORTOSRIO

Álvaro Sávio já foi diretor de Gestão Portuária e executivo na Libra Terminais

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



Sávio também passou pelos governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro (crédito: Divulgação)

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, indicou o executivo portuário Álvaro Luiz Savio para a presidência da PortosRio, a Autoridade Portuária do Rio de Janeiro, de Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis. O nome já foi aprovado pela Casa Civil da Presidência



da República hoje, terça-feira, dia 11, e, agora, segue para o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da PortosRio e para o Conselho de Administração (Consad) da empresa, para a oficialização no cargo, conforme apurou o BE News.

Os dois órgãos já estão a postos para analisar o processo. O Comitê de Elegibilidade fará uma avaliação do currículo do indicado e irá verificar se ele atende as exigências da companhia e do Ministério da Economia. A partir da aprovação, o caso segue para o Consad, que deve se reunir em sessão extraordinária para oficializar a nomeação.

Formado em Economia, Savio foi diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas do Rio de Janeiro (antigo nome da PortosRio) e executivo na operadora Libra Terminais. Também atuou nas áreas de finanças, marketing e relações institucionais. De 2015 a 2018, foi diretor administrativo e financeiro e presidente interino da Agência Paulista de Atração de Investimentos (Investe SP), idealizando o hub de inovação do Estado de São Paulo. Em seguida, de 2019 a 2020, trabalhou na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio de Janeiro, como assessor especial do secretário de Fazenda e, depois, até o ano passado, como subsecretário-geral.

Álvaro Savio é o primeiro presidente de autoridade portuária indicado por Márcio França. O Ministério coordena diretamente seis autoridades portuárias, escolhendo suas diretorias. Nesse grupo, estão a Santos Port Authority, de Santos (SP), e as companhias docas do Estado da Bahia (Codeba), do Pará (CDP), do Ceará (CDC) e do Rio Grande do Norte (Codern), além da PortosRio.

A diretoria da PortosRio também é formada por mais três diretores: o de Gestão Portuária, o de Negócios e Sustentabilidade e o Administrativo-Financeiro. Há a expectativa de que os três indicados para esses cargos tenham seus nomes aprovados em Brasília nos próximos dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

GOVERNO MUDA ESTRUTURA DO CONSELHO NACIONAL DE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

O vice-presidente da República e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, vai presidir o colegiado

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação passou a fazer parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O vice-presidente da República e ministro da pasta, Geraldo Alckmin, vai presidir o Conselho.

Antes o órgão deliberativo estava subordinado ao Ministério da Economia. A decisão foi publicada ontem (11) no Diário Oficial da União.

A participação dos secretários-executivos da Casa Civil e dos ministérios da Fazenda; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Planejamento e Orçamento; de Portos e Aeroportos; e dos Transportes, também fazem parte da nova estrutura do Conselho, segundo o decreto.

O Conselho analisa as propostas de criação de Zonas de Processamento para submetê-las à Presidência da República com o parecer conclusivo. O órgão também analisa e aprova projetos de empresas interessadas em se instalar nas Zonas de Processamento de Exportação. Além disso, autoriza a instalação de empresas em Zonas de Processamento de Exportação e aprova a relação dos produtos a serem fabricados nas Zonas de Processamento de Exportação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

NACIONAL - MINISTRO DE MINAS E ENERGIA DESISTE DE IR À CHINA COM LULA

Decisão de Alexandre Silveira foi tomada após declarações divergentes dele e do presidente sobre os rumos da Petrobras

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Segundo o Ministério, Alexandre Silveira solicitou ao presidente permanecer no Brasil para cumprir outras agendas no país e dar prosseguimento a ações em curso na pasta Crédito: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

DURANTE A REUNIÃO DE BALANÇO DOS 100 DIAS DO GOVERNO, LULA DISSE QUE A PETROBRAS FINANCIARÁ PESQUISAS PARA NOVOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS E AMPLIARÁ SEUS INVESTIMENTOS NA FROTA DE NAVIOS DA TRANSPETRO

para Pequim ontem (11). Segundo a assessoria de Silveira, ele ficou devido a compromissos na agenda do Ministério.

A desistência, porém, foi confirmada após uma declaração dada por Lula durante a reunião de balanço dos 100 dias de Governo. Na ocasião, o presidente disse que a Petrobras financiará pesquisas para novos combustíveis renováveis e ampliará seus investimentos na frota de navios da Transpetro.

Na análise de interlocutores do Palácio do Planalto, a fala foi uma advertência ao ministro que tem dado declarações divergentes sobre o rumo da estatal.

“Informamos que o ministro solicitou ao presidente permanecer no Brasil para cumprir outras agendas no país e dar prosseguimento a ações em curso no ministério. Dessa forma, confirmamos a não participação de Alexandre Silveira na comitiva da viagem à China”, disse o Ministério.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, não vão acompanhar o presidente Lula na viagem.

A delegação oficial inclui oito ministros. São eles: Fernando Haddad (Fazenda); Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima); Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária); Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação); Mauro Vieira (Relações Exteriores); Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário); Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social); e Juscelino Filho (Comunicações).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 12/04/2023

ESPECIAL NORTE EXPORT – DESENVOLVIMENTO - NORTE EXPORT DEFENDE GESTÃO HIDROVIÁRIA E ACESSOS RODOVIÁRIOS

Temas são destaque na carta elaborada a partir dos debates ocorridos no fórum

Da Redação redação@portalbenews.com.br

CONFIRA OS VÍDEOS DE TODOS OS DEBATES DO NORTE EXPORT 2023 E DO INFRAJUR PELO QR CODE AO LADO.

O desenvolvimento econômico e a superação dos desafios logísticos e da infraestrutura de transportes da Região Norte passam, principalmente, por uma melhor organização do transporte hidroviário e pela retomada dos investimentos rodoviários e ferroviários. Também é necessária uma maior celeridade na aprovação de projetos privados, especialmente seu licenciamento ambiental, de modo a facilitar os empreendimentos. Essas



são algumas das conclusões da Carta do Norte Export 2023, que sintetiza as teses debatidas no fórum, realizado em Manaus (AM), na semana passada, nos últimos dias 3 e 4. O documento também traz os resultados das análises feitas durante o primeiro InfraJur - Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, que ocorreu no dia 3, antes do início do Norte Export.

A carta reúne as principais ideias presentes nos painéis que reuniram lideranças empresariais e autoridades, tanto nacionais como locais, para discutir questões como os acessos à Região Norte, o desenvolvimento do sistema hidroviário local, o papel da Zona Franca de Manaus no processo de reindustrialização do País e a importância do crescimento sem abrir mão da sustentabilidade.

A questão hidroviária foi um dos pontos centrais do evento. Segundo os participantes, um dos principais obstáculos a seu desenvolvimento é a falta de um gestor principal, que coordene a exploração dessas vias de navegação. Atualmente, essa função é compartilhada por vários órgãos, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit, do Ministério dos Transportes), que cuida das obras a serem feitas nos rios e canais, ao Ministério de Portos e Aeroportos, responsável por sua política pública, passando pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o poder concedente, e a Marinha do Brasil, que cuida da segurança na navegação.

Para especialistas e autoridades, é necessário que um órgão assuma a gestão e, assim, coordene melhor o desenvolvimento do setor.

Outro ponto de destaque foi a extrema necessidade da recuperação da BR-319, que ligará o Amazonas à rede rodoviária nacional. Hoje o estado, localizado no Norte do País, vive isolado do ponto de vista dos acessos terrestres, sendo acessado apenas por via aérea ou pelos rios (sistema hidroviário/fluvial).

Esses temas são enfatizados na Carta do Norte Export, que, em uma mudança de diretriz em relação às últimas três temporadas de fóruns regionais promovidos pelo Grupo Brasil Export, passa a ser divulgada com exclusividade pelo BE News na semana seguinte ao término das atividades. Antes, ela era anunciada no término do último painel. Confira, na página seguinte, a íntegra do documento.

CARTA DO NORTE EXPORT 2023



Logística e infraestrutura de transportes são temas vitais para o desenvolvimento da região Norte. A movimentação de cargas e pessoas é um grande desafio que faz jus à expressiva extensão territorial de seus sete estados: eles ocupam pouco mais de 45% do território brasileiro. Importante destacar que Amazonas e Pará abrigam os dez maiores municípios do País. Sede do Norte Export 2023, Manaus, capital amazonense, está localizada a centenas de quilômetros de distância de outras capitais regionais e de grandes centros consumidores. Tal isolamento faz com que a utilização dos modais aéreo e aquaviário seja mais frequente do que no restante do Brasil. Por isso, foi vista com



muita coerência a declaração do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrício Pierdomênico, enfatizando que a ligação do Ministério de Portos e Aeroportos – criado pelo atual Governo Federal - com o estado do Amazonas é "umbilical".

Foi natural, portanto, que a maior parte dos debates do fórum regional tenham sido destinados a abordar soluções criativas para melhorar a eficiência da logística na região Amazônica, dentro de uma agenda de desenvolvimento sustentável. O potencial de crescimento do estado que sediou o evento, por exemplo, é inegável. A Zona Franca de Manaus representa 30% do PIB do Amazonas e a atividade industrial lá instalada contribui com aproximadamente 45% da arrecadação estadual, gerando 115 mil empregos diretos e 500 mil postos de trabalho indiretos. "Nosso grande desafio é promover o encontro da indústria com o potencial do estado do Amazonas. E para que isso aconteça precisamos de infraestrutura portuária, de aeroportos, de estradas", observou o governador Wilson Lima, que prestigiou a solenidade de abertura.

Nesse sentido, as lideranças empresariais que participam do movimento Brasil Export trataram de ressaltar a necessidade de melhorar os corredores logísticos para que mais operações sejam viáveis e também para atrair a instalação de novos empreendimentos, como terminais portuários. Durante a realização da primeira edição do InfraJur - Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, magistrados e profissionais do Direito apontaram o papel imprescindível da sociedade civil em colaborar com o Poder Público para construir um conjunto enxuto de regras capazes de reduzir a burocracia e a insegurança jurídica na região Amazônica, sem comprometer os riquíssimos ativos ambientais e o cumprimento da nossa legislação.

Os debatedores do Norte Export 2023 também motivaram a audiência para que colaborem para uma mobilização institucional no sentido de colaborar ativamente para o desenvolvimento da navegação interior em uma região que têm vocação natural para a logística de cargas e de passageiros. A vasta bacia hidrográfica é uma oportunidade para que trechos de rios sejam transformados em hidrovias. O fato de os rios não terem "donos" e a falta de clareza das competências dentro do Poder Público atrapalham os avanços necessários para maior equilíbrio na matriz de transportes e, por consequência, maior produtividade e redução de custos na movimentação de mercadorias.

Hoje, instituições como Antaq, DNIT, Marinha e agências estaduais atuam de forma pontual, sem uma articulação eficaz que proporcione resultados positivos. A mesma preocupação está presente no caso do transporte de passageiros. O estado do Amazonas, por exemplo, sequer tem uma regulamentação intermunicipal. A concessão de trechos hidroviários e até de corredores logísticos - com a composição de mais de um modo de transporte é uma alternativa que conta com o apoio de nosso setor.

Em apresentação preparada especialmente para o Norte Export 2023, o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, elencou as obras prioritárias para a região, de acordo com os levantamentos da entidade: investimentos nos rios Madeira, Amazonas e Rio Negro, concessão da rodovia BR-364, recuperação da rodovia BR-163 e o derrocamento do Pedral de Lourenço. É importante ressaltar, todavia, a necessidade de encontrar um modelo para viabilizar a implantação da Ferrogrão, ligando Sinop/MT a Miritituba/PA, um ativo que poderá reduzir significativamente os custos logísticos da produção agropecuária e aumentar a movimentação nos portos da região. Neste panorama de crescimento, será imprescindível a construção de novos terminais de transbordo, aperfeiçoando a infraestrutura e gerando mais empregos e renda.

Sabedores de que obras de infraestrutura demandam grandes períodos de tempo para planejamento e execução, as empresas ligadas ao Brasil Export clamam por processos mais céleres e simplificados por parte dos órgãos fiscalizadores e agentes ambientais. Não temos dúvida que a região Norte é a com o maior potencial de crescimento econômico nos próximos anos e esse caminho pode ser muito bem construído com responsabilidade e segurança, priorizando a melhoria da qualidade de vida da população e sem deteriorar a diversidade de fauna e flora que encanta moradores e visitantes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

#SAVE THE DATE – SANTOS EXPORT - 15 E 16 DE MAIO DE 2023

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas



15 e 16 de maio

#SAVE THE DATE

SANTOS EXPORT

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas

BE NEWS
Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

Blue Med
Convention Center
Santos - SP

SANTOS EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

SEM CATEGORIA - PROBLEMAS DE ACESSOS NA REGIÃO NORTE JÁ DURAM 20 ANOS, DIZ GERENTE DA CARGILL

Sandra da Silva e o presidente da CDP, Henrique Bezerra, falaram sobre o assunto durante painel do Norte Export

CÁSSIO LYRA redação@portalbenews.com.br



Os debatedores participaram do painel que tratava dos acessos rodoviários e hidroviários aos terminais portuários da região Norte Crédito: Antonio Pereira/Brasil Export

Os problemas voltados para a questão de acessos terrestres e hidroviários aos terminais portuários da região Norte foram debatidos em um dos painéis do Norte Export 2023, primeira edição de fóruns regionais do Grupo Brasil Export. Para Sandra da Silva, gerente jurídica da Cargill, a iniciativa privada vai contribuir com o desenvolvimento a partir de futuras concessões e que alguns problemas envolvendo a região já duram 20 anos.

Neste ano, o terminal da Cargill no Porto de Santarém (PA) completa duas décadas de operação. O mesmo vale para o terminal em Porto Velho (RO). E os problemas envolvendo acessos, que já eram discutidos lá atrás, continuam.

“Há uns 20 anos ouvíamos falar que precisávamos da BR-163. Nos últimos anos vimos a BR-163 ir até Miritituba (PA), mas ainda falta uma perna para poder chegar em Santarém. Lá atrás, fomos pioneiros em enxergar o Norte como saída clara, clássica, para alcançar os mercados. Há dez anos vemos esse movimento crescendo, com a iniciativa privada trazendo investimentos, mas os acessos não acompanham”, comentou Sandra.

Para ela, as futuras concessões terão participações ativas da iniciativa privada. “Manter as condições de trafegabilidade que já existem, conceder o que precisa ser concedido, trabalhar na regulação e concessão das hidrovias, pensar na Barra Norte. Isso tudo é o que esperamos que aconteça. Penso que se as concessões vierem — e isso falando de Ferrogrão, das rodovias, dos novos investimentos portuários em área pública —, se colocar na praça, a iniciativa privada não vai se furtar”, analisou.

O diretor-presidente da Companhia Docas do Pará, Eduardo Henrique Pinto Bezerra, reforçou a questão que envolve a BR-163. Segundo ele, há um trecho que possui um gargalo que prejudica o porto público de Santarém, conforme colocado por Sandra.

“Falamos da BR-319, BR-364, mas esquecemos da 230. A concessão da 163 ela vira para Santarém. Esse trecho não está concedido e nós temos um gargalo que atende o porto. A 163 virou para a esquerda, pegando o trecho da 230, e ela não chega em Santarém, onde ela de fato termina. O porto precisa ser contemplado. Se não houvesse interesse privado, teria que haver intervenção do poder público”, analisou.

A Infra SA, do Ministério dos Transportes, fez um mapeamento dos principais problemas a serem resolvidos na região Norte. São eles: concessão da BR-364; recuperação/concessão da BR-163; melhorias e investimentos nos rios Madeira, Amazonas e Negro; e derrocamento do Pedral de Lourenço (PA) e melhorias na navegabilidade do rio Tocantins.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

NORTE EXPORT - DRAGAGEM, SINALIZAÇÃO E PREPARO PROFISSIONAL SÃO DESAFIOS NOS RIOS AMAZONAS E MADEIRA

Dificuldades operacionais nos rios foram debatidos em um dos painéis do Fórum Norte Export

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A dragagem e outras questões foram debatidas durante o painel “A navegabilidade dos rios Amazonas e Madeira – propostas para melhorias” Crédito: Antonio Pereira/Brasil Export

A falta de dragagem, de sinalização adequada e de bons profissionais são os maiores desafios para a navegação dos rios Amazonas e Madeira, segundo o presidente da Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia (PROA), João Gilberto Coelho. Ele

falou sobre o assunto durante o painel “A navegabilidade dos rios Amazonas e Madeira – propostas para melhorias”, dentro do Fórum Norte Export, no último dia 4, em Manaus (AM).

Participaram ainda José Fialho, superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários); Claudomiro Carvalho,

presidente da ABANI (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior) e Ricardo Delfim, diretor comercial da Jan de Nul.

Coelho apontou que no rio Amazonas, no trecho entre Itacoatiara (AM) e Manaus, há dois pontos que são gargalos para a navegação quando o nível da água está baixo, o que ocorre entre os meses de setembro a novembro.

“A foz do rio Madeira e o Tabocão (TO), que já é próximo de Manaus, são os dois pontos do rio Amazonas que preocupam a gente porque restringem a navegação nesse período. Além disso, o rio é dinâmico e sofre alterações em todos os regimes de seca e cheia, apresentando mudanças anuais que precisam ser monitoradas”, disse.

Com o calado reduzido na época da seca, os navios não conseguem passar carregados em capacidade máxima de carga. Outro ponto que também é gargalo para a navegação da região, segundo Coelho, é a Barra Norte, conhecida por ser um trecho raso e lamoso, com cerca de 42,6 km de extensão na foz do rio Amazonas, que delimita o calado de todos os navios que passam pela Bacia Amazônica. Atualmente, o calado máximo ali é 11,5m.

Por isso, haveria necessidade de dragagem desses pontos, o que aumentaria a eficiência das operações pelos rios, bem como um monitoramento constante para pontuar as modificações no leito.

Ele também afirmou que é preciso melhorar a sinalização dos rios Amazonas e Madeira, e aumentar a oferta de cursos de qualificação profissional aos ribeirinhos.

GESTÃO

Durante o painel, também foi abordada a necessidade de os rios terem uma autoridade responsável por regular os processos que envolvem o transporte de cargas e de passageiros, organizando o sistema dentro do conceito de hidrovia, com sinalização, prioridades, dragagem, entre outras medidas.

Neste sentido, José Fialho garantiu que a Antaq está trabalhando na criação de um modelo de gestão que prevê a concessão das vias navegáveis por meio de licitação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

NORTE EXPORT - SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS DE INFRAESTRUTURA PRECISA SER FOCO DO GOVERNO

Debatedores de painel sobre operações logísticas na região Amazônica dizem que excesso de burocracia deve ser revisto para destravar setor

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Os participantes falaram sobre o excesso de burocracia no painel “Operações logísticas na Região Amazônica – dificuldades, complexidades e soluções” Crédito: Antonio Pereira/Brasil Export

A simplificação de processos na área de infraestrutura precisa ser o foco do Governo Federal. É o que defendem Helano Pereira Gomes, diretor-executivo institucional e de Desenvolvimento de Negócios da Ultracargo; Marcello Di Gregório, diretor-geral da Super Terminais, e Renato Freitas, superintendente da Transglobal. Os dois participaram do painel “Operações logísticas na Região Amazônica – dificuldades, complexidades e soluções”, discutido durante o Fórum Norte Export, no último dia 4, em Manaus (AM).

Para Freitas, a sobreposição que ocorre na legislação, além de travar projetos por muitos anos, causa insegurança jurídica e afasta investidores, que acabam desistindo. “Investidor o Brasil tem, mas precisamos trabalhar de forma célere e integrada para mantê-los”, disse.

Ele exemplificou citando a demora na obtenção da licença ambiental que permitiria a realização das obras de dragagem e derrocamento do Pedral do Lourenço (PA) – formação rochosa no rio Tocantins que aflora em período de estiagem e impede a navegação neste trecho da hidrovía Tocantins-Araguaia.

“Para Marabá (PA), só de minério, é algo em torno de 3 milhões de toneladas por ano que são escoados pela estrada. Com a derrocagem do Pedral, isso tudo iria para balsas, trazendo uma série de benefícios que não saem do papel”, disse.

Para ele, “o governo precisa focar em destravar projetos que resolvem a questão logística e melhoram a infraestrutura da região Norte”.

Para Helano Gomes, “é preciso um projeto de Estado, não de Governo”, o que simplificaria, por exemplo, as etapas para obtenção de licenças. Além disso, ele acha que deveria ser criada uma política nacional de licenciamento ambiental, respeitando as particularidades de cada local.

Em seguida, o mediador do debate, o diretor de Redação do BE News, Leopoldo Figueiredo, questionou os participantes se dentro de todos os procedimentos necessários para a realização de um projeto, é o licenciamento que mais preocupa. Renato Freitas respondeu que não.

Para ele, se a parte legal que versa sobre o tema for bem conduzida, ela não representa um “gargalo”. O que atrapalha mais é a sobreposição dos órgãos que regem os segmentos.

“Na navegação temos a sobreposição da Marinha sobre a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Também temos o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que está cuidando de obras e que, na minha opinião, não deveria estar com esta questão. No licenciamento, há diferentes exigências estaduais e federais, cada uma tem um prazo, enfim. Precisamos de um regramento, de um Plano de Estado”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

NORTE EXPORT - PROJETO DE REINDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL PASSA DIRETAMENTE POR MANAUS E A ZONA FRANCA

Para diretor adjunto da FIEAM, entidades e os próprios governos precisam olhar a região Amazônica como um grande centro industrial

Por **CÁSSIO LYRA** redação@portalbenews.com.br



Norte Export.

Os debatedores do painel do Norte Export discutiram como a Zona Franca de Manaus está inserida na reindustrialização do Brasil Crédito: Antonio Pereira/Brasil Export

Um dos principais planos do atual governo é voltado para a reindustrialização do Brasil, visando aumentar o peso do setor industrial no cenário econômico. Para isso, esse processo será importante para a região de Manaus e, principalmente, para a Zona Franca da capital do Amazonas. A região e a reindustrialização foram temas discutidos em um dos painéis do Fórum

Durante seu discurso, Augusto Cesar Barreto Rocha, diretor adjunto da Federação da Indústria do Estado do Amazonas (FIEAM), defendeu que entidades e os próprios governos precisam olhar a região Amazônica como um grande centro industrial.

Baseando-se em dados, a atividade industrial no estado do Amazonas corresponde a 36% do Estado. Esses números são maiores do que em estados do Pará e São Paulo, por exemplo, conforme explicou Rocha.

“Manaus tem um modelo de muito êxito. A participação industrial vai até um pouco na contramão da desindustrialização, mas a indústria é muito forte em Manaus. É um modelo de sucesso, mas que pode ter muito mais se parar de ser atacado pelo próprio Brasil. A discussão atual é como se nosso competidor fosse São Paulo, ou Acre, quando na realidade deveria ser China, Estados Unidos, Bangladesh, qualquer outro país estrangeiro que está competindo pelo mercado global das indústrias. A gente precisa parar de se posicionar como se fosse estranho ter indústria em Manaus”, analisou.

Representando o setor industrial, ele afirmou que a região ainda carece de muitos deficits e que, pelos tempos atuais, é necessário que a Amazônia tenha uma participação grande na economia do país.

“Há muitas estruturas de deficiência tecnológica na Amazônia. A gente tem ainda a Amazônia de 100 anos atrás, quando precisamos ter uma Amazônia percebida como relevante economicamente e que tem estoque de infraestrutura. E a realidade é que não temos estoque. Há deficit de rodovias, de aeroportos, déficit de tudo. Nos preocupa enxergar investimentos contundentes do Governo Federal para corrigir as deficiências históricas”, afirmou.

Augusto citou que a região Amazônica sofre deficiências históricas a respeito de investimentos em infraestrutura e que muito do que se planeja para o Estado precisa sair da mesa de discussão para poder virar obras e correções desses problemas.

“É preciso compreender que Manaus é uma cidade global, com indústria global, não é um cidade de interior, isolada. Manaus é uma cidade mais industrializada que São Paulo e está com a indústria global”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

NORTE EXPORT - SOBREPÓSICÃO DE COMPETÊNCIAS É UM DOS MAIORES PROBLEMAS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Presidente da Fenop alerta que leis municipais e estaduais não podem se sobrepor aos regramentos federais

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

Um dos painéis do InfraJur, dentro do Norte Export, colocou em debate o tema “Meio ambiente e os impactos legais nos projetos de infraestrutura” Crédito: Antonio Pereira/Brasil Export



A sobreposição de competências entre agências ambientais municipais e estaduais é um dos maiores problemas enfrentados por quem está em busca de licenciamento para projetos de infraestrutura no Brasil. A opinião é de Sérgio Aquino, presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) e do Conselho do Norte Export.

Ele falou sobre o assunto no último dia 3, em um dos painéis do InfraJur – Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes,

que discutiu o tema “Meio ambiente e os impactos legais nos projetos de infraestrutura”, dentro do Fórum Norte Export, em Manaus (AM).

Participaram ainda o advogado Marcelo Sammarco, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Dias Moura Ribeiro, e o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui. A mediação foi feita pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Celso Ricardo Peel.

Aquino disse que a legislação ambiental do Brasil garante que municípios e estados também legislem sobre o tema de forma complementar, o que “muitas vezes” causa conflito entre os poderes, além de sobreporem-se aos regramentos federais.

“Precisamos encontrar formas de harmonizar isso. O interesse pelo meio ambiente é extremamente importante, todos nós temos que trabalhar por ele, mas de maneira sinérgica e harmônica para que as coisas tenham efetividade e caminhem”, declarou.

Questionado por Peel sobre como a Fenop trabalha para tentar resolver o problema, Aquino disse que a entidade tem se dedicado a fazer um planejamento de Estado. Segundo ele, com essa ferramenta, os projetos de infraestrutura conseguem manter a continuidade de suas etapas, independentemente da troca de governos.

“No Brasil não temos cultura de planejamento e isso é importante para que o meio ambiente seja defendido, mas com responsabilidade e sequência. Licenciamento de grandes obras de infraestrutura leva tempo no mundo inteiro, só que esse tempo não gera prejuízo para a expansão do setor se ele for planejado”, ressaltou.

Os painelistas debateram também o que é necessário para que as práticas atreladas ao ESG (sigla em inglês que se refere a boas ações ambientais, sociais e de governança) se consolidem no Brasil.

Para Sammarco, é preciso avançar a legislação que versa sobre o tema, sendo uma das possibilidades incluir exigências de certificações ESG em editais de novos arrendamentos do setor. Desta forma, os projetos já nasceriam atrelados às práticas sustentáveis, facilitando também a análise do Ibama em relação ao licenciamento ambiental.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023

ESG ESTÁ PRESENTE EM ÓRGÃOS PÚBLICOS E NO DIA A DIA DE TRABALHO DOS ADVOGADOS



Participantes de painel relataram algumas práticas ambientais, sociais e de governança que vêm sendo adotadas pelas empresas

Por CÁSSIO LYRA redação@portalbenews.com.br

Um dos painéis do InfraJur, dentro do Norte Export, colocou em debate o tema “Meio ambiente e os impactos legais nos projetos de infraestrutura” Crédito: Antônio Pereira/Brasil Export

Durante o painel foram destacadas algumas práticas ESG, como o programa do MPT-AM/RR que auxilia mulheres migrantes e refugiadas do fluxo migratório venezuelano

Um dos painéis do InfraJur – Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, que abriu o Fórum Norte Export 2023, realizado em Manaus (AM), debateu os fatores ESG (sigla em inglês que se refere a boas práticas ambientais, sociais e de governança) que vêm sendo adotados pelas empresas brasileiras. Entretanto, não é somente no setor privado que os fatores são



encontrados, como o painel abordou, mas também em órgãos públicos e também no trabalho de advogados que atuam para empresas do setor.

Alzira Melo Costa, procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) de Amazonas e Roraima, é uma das coordenadoras de um importante programa do órgão voltado para mulheres migrantes e refugiadas do fluxo migratório venezuelano.

Segundo ela, trata-se de uma atuação diversificada do MPT, que busca incluir essa classe no mercado de trabalho.

“Estamos atravessando o sexto ano de fluxo migratório intenso. São 7 milhões de pessoas que deixaram a Venezuela. 400 mil são os que permanecem no Brasil entre migrantes e refugiados. Desse percentual foram feitos estudos que apontam que 30% são mulheres venezuelanas, chefes de família, com mais de dois filhos e que possuem uma dificuldade imensa de serem inseridas no mercado de trabalho e poder retomar seu auto-sustento e sua capacidade financeira”, comentou.

O projeto do fluxo migratório venezuelano ganhou a incorporação do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), que assina o projeto no intuito do fortalecimento do empoderamento pessoal para as mulheres, que muitas vezes sofrem de transtornos da migração forçada, além de serem vítimas de violência doméstica.

“As mulheres precisam ter um olhar diferenciado para os empresários. É muito mais difícil para as mães que muitas vezes não têm acesso a escolas de qualidade, não tem com quem deixar seus filhos, muitas vezes são chefes de família. Com quem essas pessoas vão contar? Somente apoio do governo? Elas contam também com empresários, que fazem a transformação e tem capacidade de crescimento econômico e outras atividades”, disse Alzira.

Também na advocacia

O advogado Ataíde Mendes da Silva Filho, sócio da Mendes & Brack Advogados, afirmou que a implantação do ESG tem papel fundamental no dia a dia dos advogados. Segundo ele, o ESG não pode ser tratado como uma lavagem social dentro das empresas.

“A visão de advogado que tínhamos décadas atrás não se adequa mais na sociedade de hoje. Ele não é um mero interpretador de leis, não é um mero gestor de passivos. É preciso conhecer o negócio da empresa que ele trabalha e presta serviços, entender seus objetivos, e trabalhar em conjunto com todas as áreas da empresa, para que o trabalho de ESG seja implantado de fato”, comentou.

Segundo Ataíde, os advogados têm entre seus papéis fundamentais, entre outros, orientar, quais normas são determinantes para que os projetos sejam implementados, para que haja a regulamentação para a empresa.

“O principal é que o advogado conheça, saia do escritório e vá à beira do cais. Saber se aquilo que está nos documentos está acontecendo. Se jornada de trabalho está sendo respeitada, se equipamentos estão sendo fornecidos, as normas de segurança respeitadas. Orientar empresas quanto às leis de cotas, orientar a questão de cumprimento, a necessidade de cotas de aprendizagem, de deficientes. Na área portuária temos alguns gargalos e dificuldades no cumprimento dessas leis pela natureza das operações, mas é preciso sempre buscar essa harmonia”, salientou.

Ele reforçou que as empresas precisam estar cientes de toda a sua cadeia de produção e ter um processo forte de fiscalização, para que temas envolvendo casos análogos à escravidão não aconteçam mais.

“Temos vistos diversos casos análogos a escravidão registrados onde as empresas envolvidas alegam não terem conhecimento, o que é inadmissível. A empresa tem que conhecer a cadeia produtiva na qual ela faz parte”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 12/04/2023

OPINIÃO - DIREITO - A VANGUARDA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO DIANTE DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS



FERNANDA DE PAIVA ARAÚJO

Sócia-administradora do escritório Araújo e Araújo Advogados Associados e membro da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF
opinio@portalbenews.com.br



As jurisprudências dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal – STF, vêm apresentando novos posicionamentos judiciais, que valorizam as decisões dos entes administrativos.

O ativismo judicial é fonte de descontentamento para todos os entes públicos, que veem o Poder Judiciário interferir contínua e sistematicamente nas opções políticas dos demais poderes constituídos.

Esse fenômeno nasceu no judiciário brasileiro para garantir aos menos abastados o acesso a tratamentos de saúde indisponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), mas acabou se espalhando em todos os aspectos da vida política brasileira.

A extensão do intervencionismo judicial deu a todos os interessados em obter licenças, autorizações ou contratar com o poder público, a sensação de que, se não for possível obter uma resposta satisfatória no âmbito administrativo, a questão poderá ser discutida no judiciário, sendo que lá poderiam ser alegadas todas e quaisquer matérias que fossem consideradas convenientes aos judicantes.

O processo administrativo por seu menor formalismo, orientado em regra geral pelos princípios constitucionais aos quais estão sujeitos a administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, passou a ser considerado um requisito formal a ser ultrapassado para acessar o judiciário, após a promulgação da Lei do Mandado de Segurança, que vedou a utilização deste em face de decisões que poderia ser impugnadas mediante recurso administrativo com efeito suspensivo.

Tal exigência foi relativizada por força da Súmula nº 429 do STF: “A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade”. Assim, o procedimento administrativo se tornou um ‘ensaio geral’ para os verdadeiros embates que seriam travados na arena do poder judiciário.

Essa realidade, que há muito tempo estava pacificada no imaginário coletivo, vem se alterando com a incorporação pelo judiciário pátrio da doutrina Chenery, importante precedente no sistema de common law dos Estados Unidos da América, que vem sendo nacionalizado para justificar a preservação das decisões discricionárias dos entes do executivo, fundadas no profícuo conhecimento técnico e expertise dos quadros que integram o seu organograma.

O precedente *Securities and Exchange Commission v. Chenery Corp* foi originado a partir das decisões denominadas Chenery I (SEC v. Chenery Corp., 318 U. S. 80, 1943) e Chenery II (SEC v. Chenery Corp., 332 U.S. 194, 1947), as quais apresentaram identidade de partes. No caso, a Securities and Exchange Commission (SEC), que se assemelha ao papel que na estrutura governamental brasileira é da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aprovou plano de



reorganização da sociedade federal Water Service Corporation (WSC), distinto daquele tentado pelos executivos, diretores e acionistas da companhia.

A proposta dos dirigentes era adquirir ações preferenciais da WSC antes da reorganização societária, visando a sua conversão em ações ordinárias na nova estrutura da companhia.

A SEC, no âmbito administrativo, vetou a pretensão e determinou que ações preferenciais já adquiridas pelos dirigentes fossem liquidadas pelo valor de custo somado a juros, ao contrário do que ocorreria com os demais.

A questão foi judicializada e a Suprema Corte Americana decidiu em desfavor da SEC, determinando que ele reanalisasse a determinação de liquidação diferenciada dos ativos adquiridos pelos requerentes nos limites de sua competência, já que o ato administrativo impugnado não havia sido fundamentado na lei invocada pela SEC, em juízo para justificar sua conclusão no âmbito administrativo.

Nesse contexto, definiu-se, no precedente *Chenery I*, que a análise e a revisão, por Tribunal, da validade de ato de agência administrativa, estariam limitadas aos motivos aventados na fundamentação de decisão tomada pela agência, não podendo o julgamento se basear em diferentes motivos.

No âmbito portuário as especificidades são abundantes, sendo necessário um hercúleo esforço da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do poder concedente – atualmente o Ministério de Portos e Aeroportos (MPA) – ou de seus delegatários, para atender, fazendo uso de atos discricionários, as demandas da coletividade por um serviço eficiente, moderno e econômico.

Assim, o processo administrativo para concessões e autorizações no âmbito do MPA e da Antaq, sem olvidar da atuação prévia e a posteriori do Tribunal de Contas da União, deve receber, à luz dos novos entendimentos, a mesma atenção ofertada na fase judicial, quando necessária.

Deste modo, o poder judiciário atuará restrito aos fundamentos invocados pelo ente público na fase administrativa. Qualquer questão não suscitada, e sobretudo, que não tenha sido objeto de análise de cunho decisório no âmbito do procedimento administrativo, não poderá ser invocada na fase judicial para solucionar a questão apresentada, nos moldes do precedente *Chenery*.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 12/04/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP PORTO ITAPOÁ BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO MENSAL EM MARÇO

Informações: Revista Amanhã (12 de abril de 2023)

O Porto Itapoá bateu seu recorde histórico de movimentos de contêineres neste mês de março. Foram 51.615 movimentos ao todo, superando o mês de julho de 2022, quando 49.762 contêineres foram movimentados. O mês fechou um trimestre bastante produtivo, com 138.255 contêineres movimentados, número 14,5% maior do que o mesmo período do ano passado. Além disso, o terminal bateu diversos outros recordes em sua operação. Para o presidente do Porto Itapoá, Cássio Schreiner, o crescimento de volume de cargas é um sinal de que o mercado vem demandando a cadeia de serviços logísticos como portos, armazéns e transportadoras. “Esperamos que ainda neste ano estes recordes sejam novamente batidos”, prevê.

A exportação de cargas refrigeradas pelo Porto Itapoá também teve recorde histórico em março. Com 2.715 contêineres movimentados superou a marca de 2.550 de março de 2014. O marco consolida o terminal como um dos mais importantes do Brasil para exportação de cargas



refrigeradas, explica Schreiner. “Contamos hoje com 2.892 tomadas dedicadas a contêineres refrigerados e queremos chegar a 5 mil no futuro”, projeta. Schreiner ressalta que infraestrutura atraiu importantes linhas de conexão para o porto, tornando-o cada vez mais significativo no contexto nacional. “Somos o único porto de Santa Catarina com o serviço ASAS, da Maersk. Esse serviço nos permite oferecer o menor transit time de importação da Ásia entre todos os portos do Sul do Brasil”, reforça o executivo. No Brasil, este serviço só faz double call (parada do navio na ida e na volta do trajeto) em Itapoá e Santos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/04/2023

GOVERNO MIRA ASIÁTICAS E ANUNCIA FIM DA ISENÇÃO DE IMPORTAÇÕES DE ATÉ US\$ 50

Informações: CNN Brasil (12 de abril de 2023)

O governo anunciou na terça-feira (11) que vai acabar com a isenção de imposto sobre encomendas internacionais de até US\$ 50 como parte de um esforço para taxar compras de gigantes varejistas internacionais.

A Receita Federal informou na terça-feira que a isenção nunca se aplicou ao varejo online, mas sim a “para envios de pessoa física para pessoa física, mas vem sendo amplamente utilizado fraudulentamente, para vendas realizadas por empresas estrangeiras”.

“Não haverá mais distinção de tratamento nas remessas por pessoas jurídica e físicas (hoje as remessas por pessoas físicas de bens com valor relevantes são absolutamente inexpressivas). Essa distinção só está servindo para fraudes generalizadas nas remessas”, disse a Receita em nota.

Com isso as encomendas internacionais de até US\$ 50 também ficam sujeitas à taxa atual de 60% sobre seu valor.

A medida deve beneficiar varejistas locais como Lojas Renner, Magazine Luiza e Mercado Livre, e é adotada após reclamações do setor sobre concorrência desleal de gigantes asiáticos como AliExpress, do Alibaba Group, Shein e Shopee.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia afirmado que o governo iria em breve adotar medidas tributárias visando aqueles que não pagam impostos como deveriam.

Haddad enfatizou anteriormente que “uma ou duas grandes empresas globais” estão disfarçando suas atividades de varejo eletrônico fazendo-as passar por remessas de pessoa a pessoa para não pagar impostos.

O combate a essa prática deve gerar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões em novas receitas para o governo, segundo o ministro.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/04/2023

ARGENTINA AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE EMBARQUES DE SOJA POR 60 DIAS

Informações: Moneytimes (12 de abril de 2023)

A Argentina permitiu nesta terça-feira que os exportadores solicitem a reprogramação dos embarques de soja por 60 dias, de acordo com a esperada regulamentação de um plano do governo para aumentar suas escassas divisas graças às vendas de grãos, em meio a uma forte seca.

A medida foi publicada no Diário Oficial da União um dia após o lançamento do programa conhecido localmente como “dólar da soja” que, apesar de promover as vendas da oleaginosa, quase não gerou movimentação no primeiro dia, pois o mercado aguardava o parecer técnico de detalhes esclarecidos na atual resolução.



Com a iniciativa, o governo da Argentina –maior exportadora mundial de óleo e farelo de soja– pretende aumentar suas reservas em moeda estrangeira para enfrentar uma inflação que supera 100% ao ano e cumprir as metas acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os exportadores que aderiram ao plano oficial “com o vencimento do prazo de embarque declarado, acrescido da prorrogação automática, durante os sessenta dias posteriores à entrada em vigor desta resolução, poderão solicitar a prorrogação extraordinária do prazo de embarque de sessenta dias corridos”, disse a resolução oficial.

“O pedido de prorrogação deve ser justificado por razões logísticas e/ou comerciais”, acrescentou.

A resolução também indicou como o Ministério da Agricultura vai monitorar as operações, que terão um câmbio especial de 300 pesos por dólar –contra os 214 pesos do mercado oficial–, entre outras especificações.

A Bolsa de Comércio de Rosário apontou em seu relatório diário que “o mercado da soja voltou a se mostrar discreto e sem observar compradores ativos oferecendo condições para a oleaginosa”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/04/2023

MÁRCIO FRANÇA INDICA ALIADO PARA PRESIDIR PORTO DE SANTOS

Informações: Santaportal (12 de abril de 2023)

Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França indicou Anderson Pomini, seu homem de confiança e advogado de suas campanhas eleitorais, para presidir o Porto de Santos. O nome ainda precisa ser aprovado pela Casa Civil e pelo conselho de administração do porto antes de ser oficializado.

Pomini foi secretário municipal de Justiça durante a gestão de João Doria (à época no PSDB) na Prefeitura de São Paulo, entre 2017 e 2018, e é próximo de políticos do PSB, como o vice-presidente Geraldo Alckmin e também França. Ele rompeu com Doria em 2018.

No começo do ano, os dois membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tentaram emplacar seu nome como advogado-geral da União, mas o posto ficou com Jorge Messias.

Caso assuma de fato o porto de Santos, Pomini tratará de duas questões prioritárias para França: a construção do túnel entre Santos e Guarujá e as conversas a respeito da privatização do local e de suas atividades com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

No segundo caso, o entendimento do ministro é o de que é possível conceder terminais portuários, mas não a autoridade portuária.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 12/04/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

OBJETIVO DA LEI DO GÁS DE ALAGOAS É PROMOVER O LIVRE MERCADO, DIZ GOVERNADOR

Alagoas é um dos poucos estados que ainda não regulamentou o ambiente livre do gás natural

Informações: EPBR



Governador de Alagoas, Paulo Dantas, diz que lei do gás é para abrir o mercado (Foto: Thiago Sampaio/Agência Alagoas)

MACEIÓ — O governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), afirmou nesta terça-feira (11/4) que a Lei do Gás estadual, encaminhada este ano pelo Executivo à Assembleia Legislativa, tem como objetivo central promover o livre mercado.

“O objetivo central é tornar o setor mais competitivo, termos livres mercado, livre comércio e permitir que quem tem interesse em comprar o gás [natural], compre de quem queira comprar”, afirmou Dantas, ao participar da Onshore Week, evento realizado pela Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), em Maceió (AL).

Alagoas é um dos poucos estados que ainda não contam com regulamentação sobre o mercado livre de gás, de acordo com o Ranking do Mercado Livre de Gás (Relivre) — ferramenta de acompanhamento das normas estaduais do setor, elaborado por representantes dos produtores (IBP e ABIPIP) e grandes consumidores (Abrace).

Além de Alagoas, não possuem regulamentação os estados de Goiás, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia, Tocantins e o Distrito Federal.

Governo discute mudanças no PL

O texto atual da lei estadual desagradou agentes do mercado — que temem restrições ao desenvolvimento do mercado livre e à harmonização com o marco legal federal.

Paulo Dantas afirmou que mudanças na legislação estão sendo discutidas internamente no partido, mas reforçou que é preciso “respeitar o rito parlamentar”.

“O parlamento tem toda sua dinâmica”, ponderou.

“Vamos discutir [no evento] sobre a Lei do Gás encaminhada para a assembleia legislativa, como objetivo central tornarmos esse setor ainda mais competitivo”, completou o governador.

Dantas citou, ainda, a expectativa em torno do desenvolvimento do projeto de estocagem de gás natural no estado. A solução está no radar da Origem Energia, que comprou ativos da Petrobras em Alagoas.

“Temos uma condição ímpar aqui em Alagoas de promover a estocagem do gás, nos tornando um estado ainda mais atrativo para o investimento da indústria”, disse.



Assista aqui : <https://youtu.be/qUTqSypXVPM>

Omena: Alagoas atrai indústrias de outros estados

A Algás conseguiu aproveitar as oportunidades da abertura do mercado de gás no Brasil para diversificar a sua base de fornecedores, ao assinar contrato para aquisição de 640 mil m³/dia da Origem até o fim de 2024. Antes, a distribuidora local dependia exclusivamente da Petrobras.

O contrato de suprimento com a Origem permitiu à Algás melhorar a sua relação de competitividade. De acordo com os dados mais atualizados do Ministério de Minas e Energia, a Algás praticava, em dezembro, a sexta tarifa mais baixa no segmento industrial, na faixa de consumo de 20 mil m³/dia.

O presidente da Algás, José Ediberto de Omena, afirma que o estado quer atrair indústrias instaladas em outras regiões do país.

“A indústria do Rio Grande do Sul quer vir para Alagoas, a cadeia da cerâmica [de fora do estado]. O setor do gás está todo de olho em Alagoas para vir investir”, disse Edinberto de Omena. “Com a saída da Petrobras [após a venda de ativos], a Origem colocou um preço do gás muito bom e viabilizou as indústrias a virem para Alagoas”, completou.

Institucionalmente, as produtoras independentes têm se posicionado como fornecedores de um gás competitivo que pode mudar a capacidade do Nordeste de atrair investimentos no setor industrial.

O Nordeste funciona, hoje, como o primeiro grande laboratório da abertura do mercado de gás natural do Brasil. A região concentra o maior número de novos fornecedores e, não à toa, pratica, na média, os preços de molécula mais competitivos do país.

De acordo com os dados mais atualizados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de janeiro deste ano, as distribuidoras e consumidores livres da região pagam, em média, R\$ 76,2 pelo milhão de BTU. É 15,8% a menos que os valores pagos no Sudeste. E 17,9% a menos que no Sul/Centro-Oeste.

Aos poucos, porém, os novos fornecedores começam a explorar novos mercados.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 12/04/2023

“EU NÃO QUERO SER FRETE DO MEU GÁS”, DIZ GOVERNADOR DE SERGIPE

Fábio Mitidieri defende discussão para modificar a precificação do gás natural no país

Por epbr 12 de abril de 2023 Em Mercado de gás, Política energética



Governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, defende que estados produtores tenham preços mais competitivos (Foto: Gustavo Costa)

MACEIÓ — O governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, defendeu nesta terça-feira (11/4) uma ampla discussão para mudar o modelo de precificação do gás natural no país. Ele enxerga a necessidade de uma política pública que reduza os custos para o consumidor final e ajude a manter o gás dentro do próprio estado produtor.

“O que a gente quer é que o gás produzido em Sergipe possa ser consumido em Sergipe a um preço justo... Não quero ser frete do meu gás, que alguém pegue meu gás, coloque numa linha de transmissão [gasoduto] e vá embora com o gás e o emprego não fique”, afirmou Mitidieri, em entrevista ao estúdio epbr durante a Onshore Week, promovido pela Organização Nacional da Indústria de Petróleo (Onip).

O preço do gás no Brasil é a soma das parcelas de transporte e da molécula, fora impostos.

No sistema de transporte, o modelo de entrada e saída, previsto na Lei do Gás, introduziu gradualmente o fator locacional nas tarifas. Esse componente, porém, ainda é uma parte menor da tarifa — que continua a refletir, em parte, o fator postal (valor unificado para todo o sistema e que não traduz os efetivos custos do uso da rede).

Já no caso da molécula, a Petrobras, por exemplo, precifica o seu gás dentro de uma visão global de portfólio — ou seja, remunera os seus custos nos diferentes ambientes de produção e também os riscos com importações, independente da localização de seu consumidor.

“Não pode ser dessa forma. Assim eu não tenho como incentivar a indústria que está instalada no Sul ou no Sudeste a vir para o Nordeste e ser um transformador da minha região. Nós precisamos sentar com a ANP [Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis], com a própria Petrobras, com todos os agentes da cadeia produtiva, para que aproveitemos o potencial dessa matriz energética que nós temos”, disse Mitidieri.

Sergipe encabeça, desde o ano passado, um pleito para baratear o custo do transporte. O governo estadual apresentou, em 2022, uma proposta à ANP para criação de uma tarifa diferenciada para o transporte de gás natural de curta distância (conhecida, no mercado global, como short haul).

O estado propõe uma tarifa exclusivamente aplicável para o transporte de gás injetado na rede a partir de unidades de processamento (UPGNs) ou terminais de regaseificação e destinado ao consumo interno, no mesmo estado.

A ideia é reduzir os custos para indústrias interessadas em se instalar no estado e comprar o gás do terminal de regaseificação da Celse — adquirida pela Eneva; e do gás novo que será produzido no projeto de águas profundas da Petrobras em Sergipe.



Assista na íntegra a entrevista exclusiva de Fábio Mitidieri ao estúdio epbr na Onshore Week 2023, conferência que acontece até a próxima quinta (13), em Maceió, Alagoas.

<https://youtu.be/SEOoPd4slqY>

Indústrias sergipanas reclamam do preço

Mitidieri alerta que a fábrica de fertilizantes de Laranjeiras (SE), operada pela Unigel, por exemplo, está atualmente em parada programada, mas pode não voltar a produzir por

inviabilidade econômica, segundo ele, por conta do preço do gás usado como insumo.

“Nós temos a antiga Fafen, que hoje é administrada pela Unigel, que os empresários já nos procuraram e disseram: ao preço que a Petrobras está praticando aqui nós não conseguimos manter a operação. Vamos ter que desativar. O que é um desastre para o estado e para toda cadeia produtiva”, afirma.

Uma das pioneiras do mercado livre de gás natural do Brasil, a Unigel entra em 2023 em seu terceiro ano de experiência como consumidor livre. A previsão da companhia é voltar ao mercado em busca de novos volumes e, depois de um 2022 de preços estressados, espera conseguir melhores condições de negociação este ano.

Petrobras é a principal fornecedora do estado
A Sergas tem, hoje, a Petrobras como sua principal fornecedora.

O contrato com a estatal, para aquisição de 250 mil m³/dia, venceu em 2021, mas a distribuidora local conseguiu manter as condições contratuais — mais atrativas do que a dos contratos mais recentes assinados pela petroleira com as concessionárias — por meio de uma liminar.

Em paralelo à judicialização do contrato com a Petrobras, a Sergas começou a diversificar a sua base de supridores.

Assinou, desde o ano passado, acordos de fornecimento com:

- a PetroReconcavo de longo prazo, para aquisição de 50 mil m³/dia firmes no segundo semestre de 2023 e 100 mil m³/dia entre 2024 a 2032;
- e com a Galp, para compra de 40 mil m³/dia firmes até o fim de 2023 e 50 mil m³/dia entre 2024 e 2031.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/04/2023

CÂMARA E ANEEL REACENDEM ATRITOS NA DEFINIÇÃO DE REGRAS PARA SETOR ELÉTRICO

Deputados reagem após o diretor da agência, Hélio Guerra, dizer que o Congresso "é movido por lobbies"

Por eptr 12 de abril de 2023 Em Congresso, Setor elétrico



Hélio Guerra, diretor da Aneel (Foto: Billy Boss/Câmara dos Deputados)

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (11/4) o requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo 65/2023, de autoria de Beto Pereira (PSDB/MS) e que suspende trechos da regulamentação do marco legal da micro e minigeração distribuída (lei 14.300/2022) — aprovada em fevereiro pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O movimento na Câmara ocorre em meio a atritos na relação entre parlamentares e a agência sobre os limites e competências institucionais de cada um na definição das regras do setor elétrico.

Um desgaste que não é novo, mas que ganhou novos contornos depois que o diretor da agência, Hélio Guerra, afirmou, há duas semanas, que "o Congresso Nacional é movido por lobbies".

Ele se referia, na ocasião, à tramitação de uma outra matéria: o PDL 365/2022, de autoria de Danilo Forte (União/CE). O projeto, aprovado na Câmara em 2022, derruba uma regulamentação da Aneel sobre o sinal locacional nas tarifas de transmissão (Tust).

Deputados reagem

Os deputados reagiram às declarações recentes de Guerra. Danilo Forte (União/CE) apresentou um requerimento para que o diretor da Aneel seja convidado a dar explicações à Comissão de Minas e Energia.

Para Forte, Guerra cometeu um crime contra a Câmara. O parlamentar criticou o que chamou de "cooptação das agências" pelas grandes empresas que atuam no mercado.

Danilo Forte é autor também de requerimento para discutir a criação de um Conselho de Fiscalização no âmbito das Agências Reguladoras – que, na prática, desidrata o poder dos órgãos reguladores.

Durante a votação do regime de urgência do PDL 65/2023, o 1º vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP), disse que líderes discutem acionar Guerra na Justiça.

“Esse diretor da Aneel é digno de reprovação, este tema foi objeto de discussão na reunião de líderes e estamos avaliando as providências jurídicas cabíveis”, afirmou Pereira.

O marco da GD

A diretoria da Aneel aprovou, em fevereiro, a regulamentação do marco legal da micro e minigeração distribuída, depois de um intenso debate sobre o assunto — a proposta recebeu 829 contribuições, das quais 483 não foram aceitas ou consideradas pela agência.

Um dos pontos mais sensíveis sobre a regulação — a foi o que agentes do setor chamavam de “tripla cobrança” sobre os usuários.

Discussão que gira em torno das parcelas do custo da energia relativas ao pagamento pela infraestrutura de distribuição.

O setor tentava evitar que, no saldo entre a energia gerada pelo consumidor e entregue pelas distribuidoras, fossem cobrados três componentes: o custo de disponibilidade da rede e dois da chamada TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) — uma relativa à geração e outra à manutenção da rede em si.

A Aneel defendeu, na ocasião, que não se tratava de uma de uma tripla cobrança, mas de três componentes distintos, por serviços diferentes. No fim, chegou-se a um meio-termo, e o custo pela disponibilidade da rede funcionará como um teto. As três parcelas não serão integralmente somadas no cálculo da compensação.

O Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel) foi uma das vozes mais ativas contra a regulamentação aprovada pela agência. Chegou a dizer que houve um retrocesso e que via “grave ilegalidade” no processo.

“Sem apresentar nenhum fato novo, a agência ultrapassou os limites de sua atuação para reabrir a discussão de política pública no setor de geração distribuída, um tema já pacificado após intensa discussão com participação de entidades do setor e que foi referendada pelo Congresso Nacional”, afirmou o instituto.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/04/2023

GASOLINA VOLTA A SER VILÃ DA INFLAÇÃO

Por epbr 12 de abril de 2023 Em Combustíveis, Comece seu Dia, Política energética



Abastecimento de carro flex, gasolina ou álcool (Foto: Rafael Neddermeyer/Fotos Públicas)

Principal fator de pressão sobre a inflação em março, o preço da gasolina tende a se manter pressionado nos próximos meses – o que realimenta as expectativas em torno do futuro da política de preços dos combustíveis da Petrobras.

– O IPCA subiu 0,71% em março, informou nesta terça-feira (11/4) o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). A gasolina subiu 8,33% no mês e teve impacto individual de 0,39 ponto percentual no índice da inflação.

– Os preços do combustível subiram impactados pela volta, ainda que parcial, dos impostos federais, que subiram de zero para 47 centavos por litro em março, até 30 de junho de 2023. (g1)



– O preço da gasolina começou o mês novamente em alta, nas bombas: na primeira semana de abril, o derivado ficou, na média, 0,36% mais caro em relação à última semana de março. É comercializado, nos postos, a R\$ 5,50 o litro, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). (g1)

– Daqui para frente, o preço da gasolina tende a sofrer pressão de ao menos três frentes: a alta dos preços internacionais do petróleo; a reforma do ICMS estadual, a partir de junho; e a reoneração completa dos impostos federais, em julho.

Do lado da tributação, a previsão é que em junho comece a valer a nova alíquota fixa (ad rem) do ICMS da gasolina, de R\$ 1,22 por litro – patamar mais elevado que a alíquota praticada hoje na maioria dos estados.

E o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já garantiu que o governo pretende cumprir o que está previsto na MP 1163 e elevar os impostos federais da gasolina e do etanol hidratado em julho. (epbr)

E do lado dos preços, a Administração de Informação de Energia dos Estados Unidos (EIA) elevou suas previsões de preço do Brent para 2023 em 2,5%, para US\$ 85 o barril.

— Citou a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) de cortar a produção em 1,6 milhão de barris/dia. Após a divulgação das novas projeções da EIA, o barril fechou o dia com alta de 1,7%, a US\$ 85,61. (Valor)

A Petrobras opera com defasagem em relação ao preço de paridade de importação (PPI). De acordo com a Abicom (importadores), o PPI acumula aumento de 15 centavos o litro desde o último reajuste nos preços da petroleira, em 1º de março. A defasagem média da companhia era, ontem, de 22 centavos o litro.

– O futuro da política de preços da Petrobras é objeto de desencontros dentro do governo. Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que a petroleira foi orientada pelo governo a trabalhar com o que ele está chamando de preço de competitividade interna.

Na sequência, Haddad e Lula negaram que já tenha sido apresentada uma proposta concreta para acabar com o PPI. (epbr)

Para o diesel, falta infraestrutura. Governo precisará, com senso de urgência, definir políticas públicas para reduzir a dependência do diesel, mas, ao mesmo tempo, dar sinais claros ao mercado para atrair novos investimentos em infraestrutura de importação e refino. (epbr)

– Para especialistas, biocombustíveis, novas rotas tecnológicas do biorrefino e conversão de veículos pesados para gás e biometano são todos bem-vindos. Mas a substituição de parte do consumo de diesel tem limites e o país terá de buscar soluções para gargalos logísticos, para que não enfrente, ao fim da década, riscos de desabastecimento.

Objetivo da Lei do Gás de Alagoas é promover livre mercado, diz governador Paulo Dantas (MDB) encaminhou este ano à Assembleia Legislativa um projeto de lei regulamentando o mercado de gás no estado. Alagoas é um dos poucos estados que ainda não contam com regulamentação sobre o mercado livre. (epbr)

Hungria fecha acordo de acesso a gás russo, na contramão da UE Ministro das Relações Exteriores húngaro, Peter Szijjarto, disse que a estatal russa Gazprom concordou em permitir que a Hungria, se necessário, importe volumes de gás natural além dos acordados em contrato de longo prazo que foi alterado no ano passado. (AP)

Deputados entram em choque com diretor da Aneel A Câmara aprovou o requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo 65/23, de Beto Pereira (PSDB/MS), que susta trechos de



resolução da agência sobre a micro e minigeração distribuída. Medida ocorre após o diretor Hélivio Guerra ter dito que “o Congresso Nacional é movido por lobbies”. Líderes discutiram acionar o diretor na Justiça (Agência Câmara de Notícias)

Light entra com pedido liminar para suspender cobrança de dívidas Na ação cautelar, empresa alega que a medida é a mais apropriada neste momento para permitir a readequação dos pagamentos. Companhia tem R\$ 450 milhões em vencimentos no dia 15 e cerca de R\$ 3 bilhões até o fim do ano. (Valor)

– A Aneel reforçou que a concessionária “tem atendido os critérios mínimos de eficiência na gestão econômico-financeira”. Mas dessa vez, reconheceu haver preocupação com a saúde financeira da companhia. (Valor)

– O desequilíbrio da concessão da Light tem como pano de fundo o aumento das perdas não técnicas – o furto de energia.

No último episódio do antessala, o ex-diretor da Aneel, Edvaldo Santana, e o presidente da Abradee (distribuidoras), Marcos Madureira, debatem com a agência e pbr as possíveis saídas para o problema. Para Santana, o “setor elétrico está sendo derrotado pelo furto de energia” – que, na sua visão, “talvez seja o problema mais relevante” do setor. (epbr)

Privatização da Copel avança. Portaria dos ministérios de Minas e Energia e da Fazenda fixou em R\$ 3,72 bilhões o valor do pagamento a título de bônus de outorga para renovar as concessões das hidrelétricas Salto Caxias, Segredo e Foz do Areia – que compõem parte relevante do parque gerador da companhia.

– Também esta semana, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, sancionou acordo firmado entre o estado do Paraná e o Itaú para o pagamento de uma dívida do Paraná com o banco, para encerrar uma longa disputa judicial que era apontado por parlamentares da oposição como um empecilho à tentativa do governo estadual de levar adiante a desestatização da Copel. (Infomoney)

Orizon VR compra fatia em centro de tratamento de resíduos em MG Empresa adquiriu, por R\$ 25 milhões, 50% do Centro de Tratamentos de Resíduos Sólidos Santa Luzia – titular de um aterro sanitário situado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Estratégia da companhia é ampliar, nos ativos comprados, o volume de resíduos sob gestão, para exploração de negócios como biogás, créditos de carbono, energia elétrica e biometano.

BP entra em projeto de captura de carbono no Reino Unido As petroleiras Harbour Energy e bp vão desenvolver o projeto de transporte e armazenamento de carbono no projeto Viking CCS, no Mar do Norte, com potencial para atingir um terço da meta nacional de captura e armazenamento de até 30 milhões de toneladas de CO₂/ ano até 2030. (epbr)

Ford vai investir US\$ 1,34 bi para reequipar fábrica de veículos elétricos no Canadá Plano é transformar a fábrica já existente Oakville Assembly Complex num hub de manufatura de veículos elétricos. Meta da montadora é atingir a marca de produção global de 2 milhões de veículos elétricos por ano até o fim de 2026. (Estadão)

Opinião: Elétricos, biocombustíveis, ACV e certificação – diferenciando os “gatos pardos” Auferir as emissões de GEE da produção de veículos elétricos é tão fundamental quanto as que são realizadas para os biocombustíveis

Mudança climática é desafio crítico para o FMI A diretora-geral do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva, reconhece que a lacuna de financiamento climático é “particularmente grande”, especialmente em países emergentes e vulneráveis, e que os governos não serão capazes de mobilizá-los sozinhos.

— O assunto é, segundo ela, um dos desafios macroeconômicos mais críticos para os membros da organização — criada em 1945 para ajudar na reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial. (epbr)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 12/04/2023

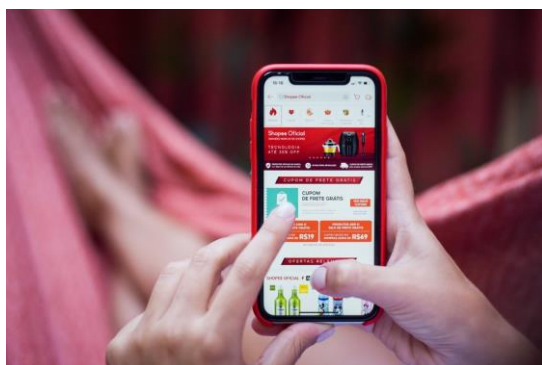


JORNAL O GLOBO – RJ

FAZENDA PREPARA REGRAS MAIS DURAS PARA COMPRAS EM SITES COMO DAS ASIÁTICAS SHEIN E SHOPEE

Empresas terão de repassar aos Correios 37 informações, como CPF do comprador. Medida vale para produtos importados a partir de julho

Por Renan Monteiro — Brasília



Fazenda busca endurecer o processo de fiscalização de compras no comércio eletrônico – Foto : Rebecca Maria/Agência O Globo

Os populares ‘e-commerces’ asiáticos, como Shein, Aliexpress, Shopee, estão no radar do Ministério da Fazenda - que busca endurecer o processo de fiscalização de compras no comércio eletrônico. A principal via de fiscalização será a necessidade de as transportadoras que trazem os produtos importados para o Brasil encaminharem, com antecedência, 37 informações sobre a remessa (as mercadorias) e sobre o comprador. A regra vale a partir de julho de 2023.

O cerco acontece no momento em que Lula inicia uma visita oficial de três dias à China. A agenda oficial começa nesta quinta-feira com a cerimônia de posse de Dilma Rousseff na presidência dos Brics.

Uma instrução normativa de dezembro de 2022 estabelece que essas informações deverão ser repassadas para os Correios e as operadoras privadas, como Fedex e UPS, que informarão a Receita. Na prática, os dados sobre a compra eletrônica realizada por um determinado consumidor brasileiro nas lojas estrangeiras deverão ser enviados ao Fisco, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento, dados incompletos ou incorretos. Veja como fica:

- Remessas postais: as informações precisarão ser encaminhadas em até 48 horas antes do horário previsto para a chegada ao país do veículo transportador;
- Remessas expressas: as informações precisarão ser encaminhadas 4 horas antes do horário previsto para a chegada ao país;
- Lista de informações obrigatórias: código de rastreamento da remessa; valor do frete (US\$); descrição completa do conteúdo da remessa; peso (Kg); nome completo do remetente e destinatário; data do pedido de compra etc.
- Lista de informações não obrigatórias: nome do marketplace; ID do marketplace; estado/província/região (subdivisão do país); telefone do destinatário etc.

Com esforço concentrado na fiscalização, a Fazenda nega eventual aumento de tributos. Atualmente, é cobrada a taxa de 60% sobre o valor da encomenda que exceder US\$ 50. Porém, não há efetividade nessa cobrança, segundo o ministério. Ao identificar informações relevantes como os CPFs que movimentam volumes elevados de compras, o Fisco espera celeridade na fiscalização.

Isso facilita o rastreamento de práticas como dividir uma compra de vários produtos que somam valor elevado por uma mesma pessoa em vários pacotes menores e de menor valor para driblar a tributação. Há suspeita de que pessoas no Brasil comprem no exterior um grande volume de mercadorias para revendê-las internamente sem pagar imposto.

“Com a declaração antecipada, a mercadoria poderá chegar ao Brasil já liberada, podendo seguir diretamente para o consumidor. A Receita vai centrar sua fiscalização nas remessas de maior risco, em que nossos sistemas de gestão de riscos, alimentados pelas declarações antecipadas, apontem risco maior de inconsistências”, diz em nota o Ministério da Fazenda.

Não foi confirmado se haverá novas inscrições normativas ou outras medidas para reforço na fiscalização. O esforço do Ministério, contudo, é corroborado outras pastas.

Além das informações que terão de ser repassadas, o governo também quer acabar com a isenção do imposto que incide sobre as compras de até US\$ 50, como informado pelo site do GLOBO na terça-feira.

Perda de até R\$ 8 bilhões

Na manhã desta quarta-feira, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, elogiou o ministro Fernando Haddad na tentativa de “corrigir do ponto de vista tributário” o atual processo de “importação de e-commerces da China”.

— [As medidas] podem impactar a arrecadação e trazer justiça na disputa e atividade econômica. Não pode ter um processo de competição desleal, hoje impacta o mercado brasileiro — disse Marinho.

A discussão dentro do governo ocorre no cenário de críticas de varejistas brasileiras aos e-commerces asiáticos. Haddad vem alegando que pretende acabar com concorrência “desleal” entre empresas que “pagam impostos” e companhias que burlam regras para evitar a tributação, ao exportar produtos para o Brasil.

O ministro diz que a perda de arrecadação, com as empresas que não pagam impostos no comércio eletrônico, é de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões por ano. O número é preliminar.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/04/2023

GOVERNO FEDERAL QUER ALÍVIO EM IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS PARA VIABILIZAR GALEÃO E LIMITAR SANTOS DUMONT

Alíquota menor de ICMS poderia ser oferecida para empresas que migrassem voos. União acena com limite de 9 milhões de passageiros no aeroporto central

Por Geralda Doca — Brasília



Área de embarque do terminal 2 do Aeroporto Internacional Tom Jobim/Galeão Fabio Rossi/Agência O Globo

O governo federal quer exigir contrapartidas da Prefeitura do Rio e da gestão estadual para viabilizar a retomada do Aeroporto Internacional do Galeão. O ministério de Portos e Aeroportos estaria disposto a fixar um máximo de 9 milhões de passageiros no Santos Dumont - nível equivalente ao pré-pandemia – diante de mudanças tributárias no estado e no município.



O governo federal quer ainda que a operadora RIOgaleão, que está renegociando com a União sua permanência como concessionária do aeroporto, faça investimentos em troca de redução no valor da outorga.

No campo tributário, o governo federal quer que a administração estadual reduza o ICMS cobrado sobre o querosene da aviação para as companhias que operam no Santos Dumont e aceitem transferir entre 30% e 40% dos seus voos para o Galeão. A alíquota estadual, de 7%, já é uma das mais baixas do país - em São Paulo, por exemplo, o tributo está em 12%.

No caso da prefeitura, a ideia é que haja uma redução do Imposto sobre Serviços (ISS) para permissionários, lojas que queiram se instalar no Galeão.

- Os lojistas sumiram diante da incerteza sobre o futuro da concessão - disse um integrante do governo federal.

Há boa vontade do governo federal em encontrar uma solução para recuperar o movimento no Galeão, mas todos os envolvidos serão chamados a dar a sua cota nesse processo, disse uma fonte envolvidas diretamente nas discussões.

O assunto será discutido no dia 24 entre o ministro de Porto e Aeroportos, Marcio França, o governador do Rio, Cláudio Castro e o prefeito Eduardo Paes, além de representantes da RIOgaleão.

A ideia de criar uma outorga flex para a RIOgaleão, de acordo com as receitas do terminal e o adiamento dos principais compromissos para o final do contrato, tem simpatia das autoridades federais, mas poderia gerar precedentes para outros operadores, além de enfrentar questionamentos por parte do Tribunal de Contas da União (TCU).

Descontos na outorga

Por isso, fontes envolvidas na negociação afirmam que está em discussão pedir contrapartidas da RIOgaleão para reduzir as outorgas como, por exemplo, o investimento em obras de mobilidade urbana que facilitem o acesso ao Galeão.

Outra iniciativa seria a concessionária assumir a administração do terminal de Resende, via convênio. Os valores aplicados seriam descontados da outorga.

Um dos principais problemas enfrentados na concessão do Galeão é o valor elevado da outorga que a RIOgaleão precisa recolher até 2037 para a União, em torno de R\$ 1,3 bilhão por ano, em meio a um aeroporto esvaziado.

Na visão do governo federal, a concessionária também poderia ganhar desconto se antecipar outorgas a vencer, com o uso de precatórios, títulos emitidos pela Justiça contra a União para pagar dívidas judiciais. Neste caso, é possível obter um desconto de até 30%, dependendo do tipo de precatório.

Santos Dumont é crucial para a Infraero

Há um compromisso do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, de manter o Santos Dumont sob a direção da Infraero porque isso pode garantir a sobrevivência da estatal. O terminal central do Rio é a principal fonte de receitas da empresa, depois de Congonhas, que foi arrematado pela estatal espanhola Aena.

Segundo dados da Infraero, o Santos Dumont gera uma receita operacional (tarifárias e não tarifárias) de R\$ 338,3 milhões por ano, o que representa 22% da arrecadação total de Infraero. Já Congonhas gera R\$ 613,8 milhões, equivalente a 39,9% das receitas totais da estatal.

Manter o Santos Dumont com a Infraero seria uma forma de compensação pela perda de Congonhas. Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva Lula e vários ministros teriam sido

convencidos por França de que o governo brasileiro estaria entregando Congonhas para uma estatal estrangeira, prejudicando a estatal brasileira.

Especialistas e autoridades do Rio discordam e defendem a concessão do Santos Dumont, que poderia ser licitado junto com o Galeão. Eles alegam ainda que é preciso limitar as operações no Santos Dumont para tornar o Galeão viável e evitar a perda de voos e de conectividade no Rio de Janeiro. Mas técnicos do governo federal alegam que restringir o Santos Dumont representaria uma interferência no mercado, prejudicando os usuários.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 12/04/2023

ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS TENTAM BRECAR EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

Ao todo, 80 ONGs e instituições enviaram ofício a representantes do governo. Petrobras pretende investir US\$ 2 bilhões na região

Por Bruno Rosa



Petróleo - Foto : Petróleo Bloomberg

Representantes de 80 organizações da sociedade civil e ambientais como WWF-Brasil e Greenpeace enviaram ofício nesta quarta-feira a ministérios e órgãos do governo federal para que não seja emitida licença de extração de petróleo e gás na polêmica Foz do Amazonas.

A Foz do Amazonas faz parte da Margem Equatorial, área considerada nova fronteira exploratória que vai do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte. Levando

em conta o plano de negócios da Petrobras até 2026, a estatal estima realizar investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões para as atividades exploratórias em toda a região.

Recentemente, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ressaltou a importância de desenvolver a região como nova fronteira de produção já que o pré-sal está perto de atingir seu pico de produção. A região da costa Amazônica abriga, por exemplo, 80% da cobertura de manguezais do Brasil.

Conforme já revelou O GLOBO, a estatal depende de uma licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para perfurar o primeiro poço, batizado de Amapá Águas Profundas a 160 km da costa e a 40 km da fronteira com a Guiana Francesa. O objetivo desse poço é comprovar a viabilidade econômica.

No ofício entre a diversos órgãos do governo, as entidades pedem que seja feita uma avaliação ambiental estratégica para a toda a região. "A abertura dessa nova fronteira exploratória é uma ameaça a esses ecossistemas e, também, é incoerente com os compromissos assumidos pelo governo brasileiro perante a população brasileira e a comunidade global", segundo um dos trechos.

As entidades pedem que seja feita uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para a bacia da Foz do Amazonas, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e Ministério de Minas e Energia, com a efetiva análise sobre a compatibilidade da instalação da indústria petrolífera na região.

"Devem ser considerados os impactos cumulativos e sinérgicos de toda a cadeia produtiva sobre fatores ambientais e socioeconômicos e, também, o conjunto de blocos previstos pela ANP para a região, além de se garantir a transparência e ampla participação da sociedade", destaca o documento.

WWF e Greenpeace lembram ainda que é preciso concluir o estudo sobre a Base Hidrodinâmica da Margem Equatorial e a incorporação de seus resultados no estudo de modelagem de dispersão de óleo dos blocos e os planos de emergência com a Guiana Francesa. "Em suma, o pleito é de que não seja emitida licença de operação para nenhum bloco na bacia sedimentar da foz do Amazonas "enquanto não houver plena segurança técnica e jurídica para a tomada de decisão informada e precaucionária do órgão licenciador", afirma o relatório.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 12/04/2023

GOVERNO ESTUDA DESONERAR PPPS DA ÁREA SOCIAL, DIZ MINISTRO DA CASA CIVIL

Rui Costa afirmou que medida evita 'desvio' de recursos que poderiam ir para saúde e educação

Por *Daniel Gullino — Brasília*



O ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante evento de associação da indústria Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou nesta quarta-feira que o governo federal está estudando realizar a desoneração de projetos de parcerias público-privadas (PPP) relacionados com a área social, como educação e saúde. De acordo com Costa, o assunto está sendo discutido com o Ministério da Fazenda.

— Estamos discutindo com a Fazenda a desoneração, seja de concessões, seja de PPPs, das áreas principalmente com cunho mais social. Área de mobilidade urbana, área de transporte, de saúde, da educação. Com isso, você evita o desvio de recursos dessas áreas para o caixa geral, seja do estado, seja da União, e torna mais eficiente e eficaz a aplicação desses recursos — durante evento da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

Costa relatou que na Bahia — estado que governou por oito anos — há três PPPs na área de saúde e que lá o modelo "se mostra muito eficaz e muito eficiente", mas criticou a tributação.

— Você pega verba do SUS para vir para o caixa único, para financiar outros assuntos. Como o país precisa de mais investimento, de mais qualidade na saúde, isso não me parece apropriado, você retirar dinheiro do SUS para financiar outras áreas do governo. Porque é disso que se trata. Quando você tributa um serviço de saúde pública, você está tirando dinheiro do SUS para financiar outras ações, inclusive de outros Poderes, além do Executivo.

No evento, o ministro também afirmou que o governo irá lançar até o fim de maio o novo plano de investimento, que tem sido chamado de "novo PAC", em referência ao antigo Programa de Aceleração de Crescimento.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 12/04/2023

JANJA DEFENDE GOVERNO NAS REDES E DIZ QUE TAXAÇÃO SOBRE COMÉRCIO ELETRÔNICO 'ATINGIRÁ EMPRESAS' E NÃO CONSUMIDORES

Segundo primeira-dama, medida tem por objetivo evitar fraudes

Por *Eliane Oliveira — Brasília*

A discussão em torno da taxa de produtos importados entrou na agenda da primeira dama, Rosângela da Silva, a Janja. Nesta quarta-feira, ela usou suas redes sociais para dizer que o fim da isenção do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 (R\$ 250) atingirá as empresas, e não os consumidores.



Janja enfatizou que a medida tem por objetivo combater a sonegação de impostos de empresas, e não de pessoas físicas. A primeira-dama fez questão de dizer que o esclarecimento havia sido feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Rosângela da Silva, a Janja Claudio Bene

"Tô aqui no avião com o Ministro Haddad que me explicou direitinho essa história da taxação. Se trata de combater sonegação das empresas e não taxar as pessoas de compram", escreveu.

Técnicos da área econômica explicam que a isenção vem sendo usada para que empresas fornecedoras, principalmente as asiáticas, pratiquem fraudes no comércio eletrônico. Uma forma de burlar o sistema é colocar como remetentes nomes de pessoas físicas. Além disso, a medida é vista como uma forma de o governo aumentar a arrecadação de recursos em um momento de mudanças no arcabouço fiscal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/04/2023

TEBET DIZ QUE ARCABOUÇO FISCAL DEVE SER VOTADO ATÉ O FINAL DO PRIMEIRO SEMESTRE

Ministra acha que governo está criando condições para a queda da Selic e espera "boas surpresas" em junho

Por Geralda Doca



A ministra do Planejamento, Simone Tebet, durante a coletiva sobre arcabouço fiscal – Foto : Reprodução

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o arcabouço fiscal deve ser votado pelo Congresso Nacional até o final do primeiro semestre porque o texto está "muito bom". Segundo ela, a proposta passa na Câmara dos Deputados em maio e segue para o Senado. Tebet disse que pediu para fazer uma revisão na redação do projeto e que o texto será enviado à Fazenda até esta quinta-feira e deve ser encaminhado ao Legislativo no início da próxima semana.

- Acredito que o Congresso aprova até o fim do primeiro semestre. O arcabouço está muito bom - disse a ministra ao chegar no prédio do Ministério.

Ela afirmou que a queda na inflação, o câmbio mais favorável, o arcabouço fiscal e a tramitação da reforma tributária no Congresso criam um ambiente positivo para redução dos juros.

- Acredito que teremos boas surpresas em junho - disse a ministra.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 12/04/2023

TARCÍSIO APRESENTA PRIORIDADES DO GOVERNO PARA LÍDERES DA BASE NA ALESP; VEJA QUAIS SÃO

Governador pretende pautar recomposição salarial para policiais civis e militares e prepara terreno para a privatização da Sabesp

Por Gustavo Queiroz

O governador de São Paulo Tarcísio de Freitas apresentou nesta terça-feira, 11, aos líderes dos partidos que compõem sua base na Assembleia Legislativa algumas matérias em que espera contar com o engajamento dos parlamentares no início de sua gestão.

Entre as primeiras pautas listadas estão o reajuste salarial de policiais, o processo de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e a facilitação do pagamento de dívidas por empresas do Estado.



[Ver mais no Instagram](#)



346 curtidas

delegado_olim

Reunião dos líderes no Palácio dos Bandeirantes com a presença do Governador Tarcísio de Freitas, Gilberto Kassab, Secretário de Governo e Relações Institucionais e o Secretário da Casa Civil, Arthur Lima. Discutimos pautas de interesse do Governo em relação à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Na reunião com os deputados, o governador, porém, evitou abordar assuntos de seu interesse que podem reduzir o poder do Legislativo, como a proposta da Secretaria da Casa Civil de criar um mecanismo de medidas provisórias em âmbito estadual.

A reunião do governador com líderes de sua base aconteceu a portas fechadas no Palácio dos Bandeirantes e não constava em sua agenda oficial, como adiantou o jornal Folha de S. Paulo.

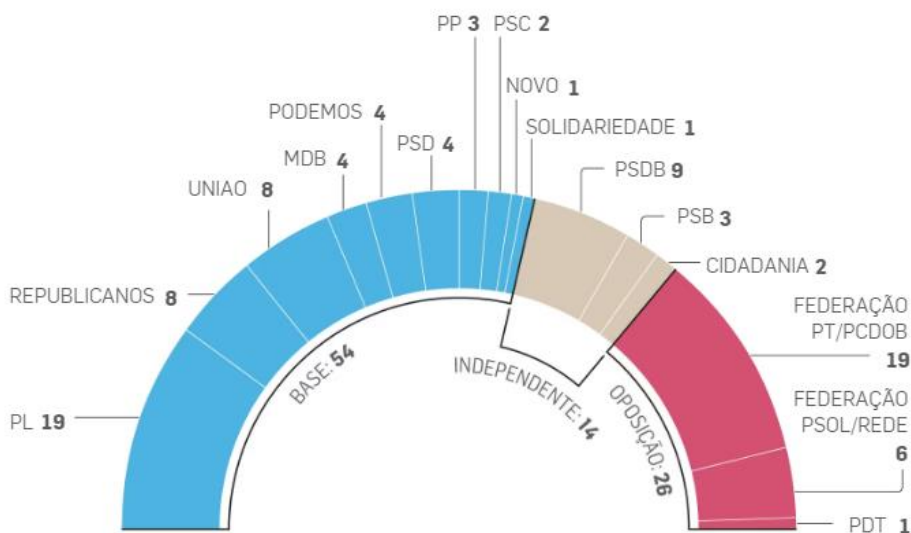
Entre os presentes estavam o presidente da Assembleia, André do Prado (PL), o líder de governo, Jorge Wilson (Republicanos), e representantes do União Brasil, PP, MDB, Podemos, PSD e PSDB. Apesar de a federação entre PSDB e Cidadania se declarar independente na Alesp, é esperado que o grupo atue alinhado ao governo.

Os governistas representam um bloco de 62 parlamentares, equivalente a dois terços da Assembleia paulista.

Da parte do Executivo, os secretários de Governo, Gilberto Kassab, e da Casa Civil, Arthur Lima, também acompanharam o encontro.

Composição Alesp

Tarcísio de Freitas conta com base inchada, mas pouco consolidada



Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo

ESTADÃO #7

Na lista de prioridades, Tarcísio defendeu a aprovação pela Casa de um reajuste salarial para carreiras na Polícia Civil e na Polícia Militar.

Um grupo de trabalho instituído pelo secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, estuda a possibilidade de recomposição salarial para a categoria desde 25 de janeiro. Representantes elaboram uma proposta de alteração legislativa com a justificativa de “defasagem salarial dos servidores da Secretaria da Segurança Pública frente a outras Secretarias do Governo do Estado de São Paulo, e, inclusive, perante outras forças policiais do Brasil”, conforme publicação no Diário Oficial.

Tarcísio citou que também pretende apresentar proposta para recomposição salarial a outras categorias do funcionalismo público.

Desestatização

O governador ainda defendeu sua agenda de projetos de parcerias e desestatização, que incluem a construção de um túnel seco entre Santos e Guarujá e a privatização da Sabesp.

Nesta segunda-feira, 10, Tarcísio assinou contrato com o IFC, agência ligada ao Banco Mundial, para realização de estudos sobre a venda da companhia de saneamento.

Antes de chegar à Alesp, é preciso que o estudo aponte viabilidade econômica e financeira do projeto, mas aliados já visualizam uma “batalha campal” para passar a proposta na Casa. Alguns líderes partidários projetam que a venda pode representar um aporte de R\$ 70 bilhões aos cofres do governo.

Outros temas foram discutidos pelos presentes, como uma possível alteração legislativa que facilite o pagamento de dívidas das empresas registradas no Estado.

Até agora, o Executivo encaminhou apenas um projeto para a Casa, referente a construção de habitação em São Sebastião.

O encontro desta terça-feira, 11, foi uma mudança na relação com os parlamentares, cujo contato com o chefe do Executivo paulista muitas vezes é mediado por Gilberto Kassab.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/04/2023

RECUSA DO BRASIL EM VENDER ARMAS PARA A UCRÂNIA SE TRANSFORMA EM PROBLEMA PARA ZELENSKI

Governo Lula se recusou pelo menos duas vezes a vender armamentos para Kiev
Por André Spigariol e Jack Nicas

The New York Times Enquanto o Brasil se preparava para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, comprou 34 canhões antiaéreos da Alemanha para se proteger durante o evento. Então, depois que a Rússia invadiu a Ucrânia, o governo alemão começou a enviar à Ucrânia aquelas mesmas armas de canhão duplo, que podem derrubar uma aeronave a mais de cinco quilômetros de distância. Assim, as autoridades alemãs pediram ao governo brasileiro no ano passado que devolvesse a munição não utilizada. Mas a resposta do Brasil foi clara: não se fosse para a Ucrânia.

O maior país da América Latina se encontra em uma posição complicada. Sob o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Brasil pediu paz e, em declarações cuidadosamente formuladas, criticou a invasão da Rússia. Mas o país, que depende da Rússia para fertilizantes e combustível, também deixou claro que não enviará nenhuma arma destinada às linhas de frente e, em vez disso, está pressionando para mediar as negociações de paz.

A Ucrânia fez pelo menos dois pedidos ao Brasil para comprar uma longa lista de armamentos que incluía veículos blindados, aeronaves, sistemas de defesa aérea, morteiros, rifles de precisão, armas automáticas e munições, de acordo com correspondência obtida pelo The New York Times por meio da lei de acesso a informação. O Brasil ignorou amplamente os pedidos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/04/2023

UNIÃO BRASIL E PP FORMALIZAM MAIOR BLOCO DA CÂMARA COM PARTIDOS DA BASE DO GOVERNO LULA E DE CENTRO

Movimento pode isolar petistas e parlamentares do PL, que permanecem apartados dos blocos do Centrão
Por Iander Porcella



O PP de Arthur Lira integrará um bloco com 173 deputados *Foto: Pablo Valadares / Agência Câmara*

BRASÍLIA - O União Brasil e o PP, partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), anunciam nesta quarta-feira, 12, a formação de um bloco com outras sete legendas, incluindo o PSB e o PDT, que fazem parte da base aliada do governo Lula.

Com 173 deputados, o grupo será o maior da Casa, ultrapassando a aliança formada pelo Republicanos com PSD, MDB, Podemos e PSC, que tem 142 parlamentares.

A partir da formação dos blocos, as duas maiores forças da Câmara terão partidos do Centrão. De um lado, o Republicanos aliado a uma parte dos partidos de centro-direita. De outro, o PP e o União com PSB, PDT, PSDB, Cidadania, Solidariedade, Avante e Patriota.

Há uma avaliação no Congresso de que os petistas, assim como o PL, vão se manter isolados. A federação formada pelo partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT-PCdoB-PV) soma 81 deputados, enquanto a legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro tem 99.

O PDT, o PSB e o Solidariedade já anunciaram que negociam formar uma federação, o que foi visto como uma forma de se contrapor aos petistas no Congresso. Os partidos federados precisam atuar de forma conjunta por pelo menos quatro anos, inclusive em eleições majoritárias, como a de presidente e senador, em que só precisam lançar um único candidato.

Houve também uma tentativa de federação entre o PP e o União Brasil. As negociações travaram em impasses regionais, mas precipitaram conversas de bastidores entre os outros partidos.

A própria formação do bloco do Republicanos com as legendas de centro-direita foi vista como uma reação ao movimento do partido de Lira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/04/2023

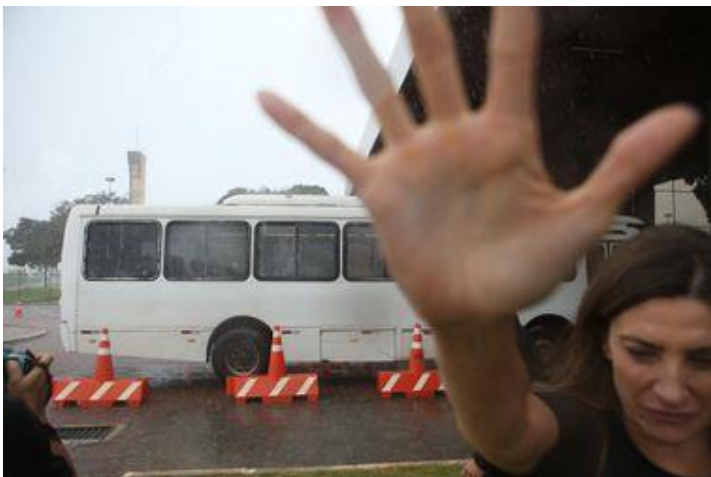
GENERAL EXONERADO DO COMANDO DO PLANALTO E MAIS 80 MILITARES DEPÕEM SOBRE ATOS GOLPISTAS

Inquérito policial investiga atuação de militares no dia em que prédios da Praça dos Três Poderes foram invadidos por extremistas

Por Wesley Galzo

BRASÍLIA - Cerca de 80 militares do Exército e da Guarda Presidencial compareceram à Academia da Polícia Federal (PF) em Brasília nesta quarta-feira, 12, para prestar depoimentos sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. A PF investiga a participação de militares nos atos e também a ação do Batalhão da Guarda Presidencial no dia em que extremistas invadiram o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal.

A lista de depoentes inclui o general Gustavo Dutra, que foi exonerado do cargo de chefe do Comando Militar do Planalto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última terça-feira, 11. A decisão publicada no Diário Oficial da União (DOU) acontece em meio às acusações de que o BGP teria sido omissivo no combate às invasões do 8 de janeiro, quando golpistas tomaram e depredaram o Planalto.



Ônibus com militares da Guarda Presidencial chega à Academia da Polícia Federal em Brasília, onde oficiais e soldados devem prestar depoimento. Agentes da PF tentaram impedir a realização das fotos Foto: Wilton Junior / Estadão

Dutra era o chefe do CMP na ocasião e teria impedido o desmanche do acampamento instalado em frente ao Quartel-General da Força na capital, e a prisão dos radicais imediatamente após os ataques. No dia 8 de janeiro, a Guarda Presidencial e o Exército não conseguiram evitar a invasão do Palácio do Planalto pelos golpistas. O prédio

da Presidência foi um dos que mais sofreu com os ataques dos invasores, que destruíram obras de arte e roubaram equipamentos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Veículo do Exército entra na Academia da Polícia Federal em dia de depoimento sobre atos golpistas de 8 de janeiro Foto: Wesley Galzo

As oitavas são conduzidas pela PF com autorização do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro-relator do inquérito do 8 de janeiro, Alexandre de Moraes, considerou que o envolvimento de militares na tentativa de golpe deve ser entendido como crime comum, portanto de competência da PF.

Diferentemente do trâmite normal, os militares não foram direcionados à sede da PF, no centro de Brasília, para prestar seus depoimentos. A academia da corporação conta com estrutura maior do que o prédio sede, o que permitiria a oitava de todos os 80 militares em um só dia. O local é o mesmo para onde foram levados os mais de 100 presos que estavam acampados em frente ao Quartel General do Exército no dia seguinte à invasão de prédios em Brasília.



No início da tarde desta quarta, a reportagem do Estadão identificou a entrada de caminhões e viaturas dos Exército na academia da PF.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2023

IMPORTAÇÕES DE DIESEL RUSSO DISPARARAM NO BRASIL APÓS SANÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA; ENTENDA

Mudança no destino do combustível fabricado na Rússia se intensificou em fevereiro, quando o embargo aos derivados de petróleo russos começou oficialmente

Por Gabriel Vasconcelos

RIO - As importações de diesel russo dispararam no Brasil em 2023. Levantamento da consultoria de preços Argus, obtido pelo Estadão/Broadcast, aponta que mais de um quarto, 25,6%, dos cerca de 1,5 bilhão de litros de diesel trazidos em março para o País tinham origem russa.

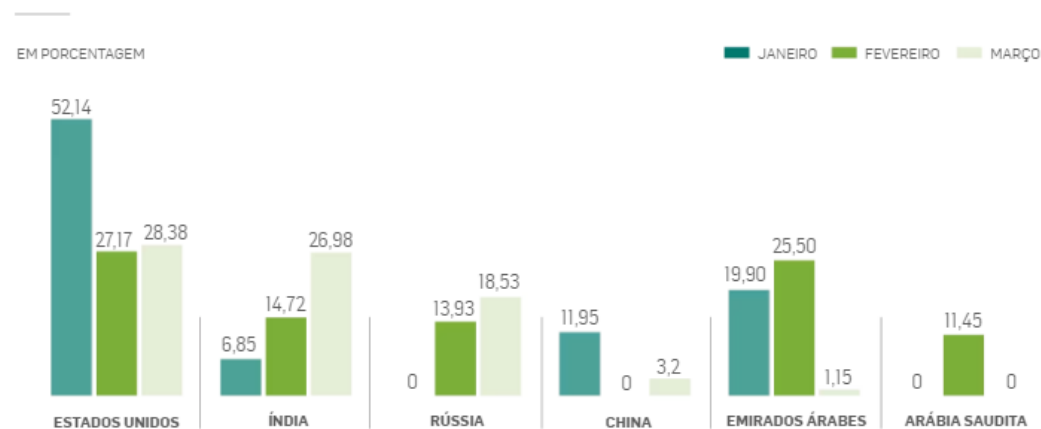
E a previsão de analistas e agentes de mercado ouvidos pela reportagem é que esse fluxo se intensifique nos próximos meses devido aos descontos praticados pelos fornecedores russos. Esses descontos têm chegado a US\$ 0,20 por galão (cerca de 3,8 litros) em cima do diferencial praticado pelo mercado, que tem como base os preços dos contratos futuros negociados na Bolsa de Nova York (NYSE). Em média, o galão custa por volta de US\$ 2,44. "Isso (a diferença) dá quase R\$ 25,00 por metro cúbico ou R\$ 0,25 por litro", diz Sérgio Araújo, da Associação Brasileira de Importadores de Combustível (Abicom), que vê a diferença como "muito expressiva".

Os russos tentam ganhar novos mercados em função das sanções de seu cliente mais tradicional, a União Europeia, no contexto da guerra na Ucrânia.

O redirecionamento das cargas do combustível fabricadas na Rússia para outras partes do mundo já acontecia desde meados de 2022, explica o especialista de combustíveis da Argus, Amance Boutin. Mas se intensificou a partir de fevereiro, quando o embargo aos derivados de petróleo da Rússia teve início oficialmente. O diesel russo, que no passado servia quase totalmente à Europa, passou a atender à Turquia e países da Ásia, África e América Latina, entre os quais o Brasil.

De onde vem o combustível

Porcentagem de diesel importado por país de origem em 2023



Fonte: MDIC

ESTADÃO

Dados oficiais subdimensionados

Mais conservadores, os dados oficiais do Ministério da Indústria e Comércio (MDIC) para março, compilados pelo Estadão/Broadcast, apontam 18,53% de diesel da Rússia no total das importações brasileiras do produto. Em fevereiro, essa parcela foi de 13,9%. Seja como for, tanto os percentuais do governo quanto da Argus dão conta de uma explosão na importação do combustível russo para o Brasil. Isso porque, até pouco tempo atrás, esse fluxo era irrelevante ou mesmo inexistente.

A diferença entre os dados da consultoria e os do governo, explica Boutin, se deve aos transbordos de volumes durante o trajeto. Parte do combustível refinado na Rússia acaba internalizada por outros países que não têm parque de refino, o que muda sua origem oficial no caminho até a costa brasileira. Alguns desses países intermediários estão na costa atlântica da África, no Golfo da Guiné, como Togo e Benin. Para monitorar o mercado, a Argus usa a plataforma britânica Vortexa, que acompanha em tempo real os navios de carga de commodities energéticas pelo mundo.



Trabalhador caminha por campo de petróleo em Ufa, na Rússia Foto: Andrey Rudakov/Bloomberg/The Washington Post - 5/3/2016

Segundo Boutin, a maior parte do diesel russo tem entrado no Brasil pelo porto de Paranaguá, no Paraná, em função de um déficit temporário de produto nacional relacionado à uma parada para manutenção na refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), da Petrobras.

Localizada em Araucária, também no Paraná, a unidade é responsável por 12% da produção nacional de combustíveis, e atende os mercados do Paraná, Santa Catarina, além do sul de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. É justamente nessas regiões que mais tem sido consumido o diesel russo importado. Mas, segundo Boutin, as cargas daquele País já estão ganhando todo o território e, em março, chegaram ao porto de Suape, em Pernambuco, para atender também ao Norte e Nordeste do País.

O efeito “diesel russo”

Historicamente, o Brasil importa até 30% de todo o diesel que consome. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2022, essa parcela importada foi de 27,86% do total consumido ou 15,8 bilhões de litros de diesel.

A maior parte dessa importação relativa a 2022, 57,5% ou 9,1 bilhões de litros, veio dos Estados Unidos, em geral de produtores instalados no Golfo do México. No mesmo período, somente 0,7% (121 milhões de litros) veio da Rússia, participação que deve saltar esse ano. Para efeito de comparação, em março, segundo o MDIC, a parcela do diesel trazido ao País de origem russa (18,5%) ainda ficou atrás, mas já se aproximou do volume embarcado dos Estados Unidos e da Índia, que responderam por 28% e 27% respectivamente das compras nacionais do combustível.

A ANP ainda não divulgou dados de importação de combustíveis relativos a 2023. Mas dados do MDIC levantados pelo Estadão/Broadcast dão uma dimensão do impacto do diesel russo nas importações do País: a categoria “óleos combustíveis de petróleo ou minerais betuminosos exceto óleos brutos”, na qual se insere o diesel, já ocupa 34% da pauta de produtos importados da Rússia pelo Brasil esse ano, ante 14% em todo 2022. Isso equivale, no primeiro trimestre, a US\$ 600 milhões em importações, montante 2.876% superior ao registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 20,2 milhões).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2023

REFORMA TRIBUTÁRIA TERÁ 2º BLOCO COM MUDANÇA EM IMPOSTOS SOBRE SALÁRIOS E PATRIMÔNIO, DIZ APPY

Secretário da Fazenda ainda disse que todos os países têm regimes especiais para operações com bens imóveis e tratamento diferenciado na tributação de serviços financeiros

Por Eduardo Rodrigues

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a reforma tributária, Bernard Appy, disse nesta quarta-feira, 12, que o “segundo bloco” da reforma, que tratará dos impostos sobre a renda, também pode incluir mudanças na tributação da folha de salários.



Bernard Appy disse que o “segundo bloco” da reforma tratará dos impostos sobre a renda e mudanças na tributação da folha de salários Foto: Wilton Júnior/Estadão

“A agenda da reforma tributária do governo tem dois blocos. O primeiro bloco que está sendo discutido neste momento no Congresso é a reforma da tributação do consumo. E teremos um segundo bloco, que é a reforma da tributação da renda e muito possivelmente da folha de salários, que virá em seguida. Também vão ser propostas algumas mudanças na tributação do patrimônio, parte no

primeiro e parte no segundo bloco”, afirmou, em evento organizado pelo Correio Braziliense.

Em nova defesa da reforma, Appy repetiu que as duas propostas de simplificação da tributação do consumo que tramitam no Congresso convergiram ao longo dos últimos anos para relatórios semelhantes. “A grande diferença entre elas é que uma propõe a criação de um IVA único e a outra de dois IVAs, sendo um federal e outro estadual/municipal. Ambas também criam um imposto seletivo extrafiscal”, detalhou.

Regimes especiais

Appy ainda disse que todos os países têm regimes especiais para operações com bens imóveis e tratamento diferenciado na tributação de serviços financeiros. Segundo ele, ambas as propostas em tramitação no Congresso contemplam essas questões.

“Parte dos serviços financeiros é prestada sob a forma de margem como, por exemplo, o spread numa operação de crédito. De quando você cobra um serviço sob a forma de margem, você não consegue alocar o imposto em operação por operação, como é o caso do IVA. Esse regime diferenciado não necessariamente é favorecido, mas diferente”, afirmou, em evento organizado pelo Correio Braziliense.

Appy destacou que “decisões políticas” podem conferir outros regimes favorecidos na reforma tributária. A PEC 110 tem um dispositivo genérico dizendo que uma lei complementar irá definir os setores com regimes favorecidos. Já PEC 45 tem uma lista de setores que poderiam ter tratamento favorecido por 12 anos, incluindo saúde, educação, produtos agropecuários, transporte público de passageiros, transporte de cargas e entidades beneficentes.

“Não necessariamente tratamento favorecido significa ter alíquota menor. Há formas diferentes de se fazer isso, incluindo regras diferentes de creditamento, isenção ou sistema de devolução de imposto”, completou o secretário.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 12/04/2023

TEMPESTADE PERFEITA PODERÁ ELEVAR PREÇO DO PETRÓLEO NOS PRÓXIMOS MESES

Geopolítica da commodity faz com que analistas estimem que cotação pode superar US\$ 100 por barril nos próximos meses

Por Fábio Alves – Coluna : Dinheiro, consumo e emprego no Brasil e no mundo

O preço do petróleo Brent subiu 6,5% na semana passada, chegando a US\$ 85,12 por barril, em reação ao corte inesperado de 1,16 milhão de barris por dia (b/d) na produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+). Mas a redução repentina na oferta é apenas um dos elementos de uma tempestade perfeita que poderá fazer a cotação superar US\$ 100 por barril nos próximos meses.

Liderado pela Arábia Saudita, que irá reduzir sua produção em 500 mil b/d, o corte da oferta pelos países da Opep+ irá vigorar a partir de maio, justamente quando a demanda por gasolina, diesel e por outros derivados de petróleo aumenta com força em razão do verão no Hemisfério Norte. Nos EUA, o preço da gasolina é um tema politicamente explosivo para os americanos que saem de férias.

Outro impacto que ameaça o mercado de petróleo: a reabertura total da economia chinesa, com o abandono da política de covid zero, o que deverá impulsionar a demanda por combustíveis. Com a vida voltando a todo vapor na China, inclusive com a retomada em níveis normais de viagens domésticas e internacionais, analistas estimam que o aumento da demanda chinesa por petróleo poderá ficar entre 1,2 milhão e 1,4 milhão de b/d, equivalente a quase 40% da recuperação da demanda global por petróleo esperada em 2023.

Diante da combinação da demanda de verão no Hemisfério Norte, da retomada completa da economia chinesa e do corte repentino na oferta da Opep+, muitos analistas revisaram para cima as projeções para o preço do petróleo no fim deste ano. O banco Goldman Sachs subiu de US\$ 90 para US\$ 95 a sua projeção para o preço do barril do tipo Brent no fim de 2023. Há quem aposte que a cotação possa superar US\$ 100 em algum momento.



OPEP anunciou corte na produção de petróleo na última semana Foto: Manu Brabo / AP

A questão é até onde os líderes da Opep+ vão deixar o preço subir antes de haver um impacto de longo prazo mais significativo na demanda. Isso porque, antes mesmo do corte na oferta do cartel, os analistas acreditavam que a recente crise bancária e o aperto monetário pelos principais bancos centrais do mundo levariam a economia global a uma recessão e, por tabela, a uma queda

da demanda por essa commodity.



Acontece que a geopolítica do petróleo voltou a dominar as decisões, adicionando um maior grau de incerteza sobre o cenário macroeconômico. Geralmente, as decisões da Opep+ levam semanas ou meses para se chegar a um consenso. Mas o corte veio sem discussão prévia e num fim de semana. Numa tacada só, os árabes puniram o presidente americano Joe Biden e, de quebra, ajudaram o russo Vladimir Putin.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2023

‘INDICAÇÃO AO STF NÃO PODE PARECER ATO DE GRATIDÃO’, DIZ EX-MINISTRO AYRES BRITTO

Para o jurista, ‘não parece de bom juízo’ Lula apontar Cristiano Zanin para vaga de Lewandowski

Por Sonia Racy

ENTREVISTA COM

Carlos Ayres Britto - Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal

A intenção do presidente da República de indicar, para uma vaga no Supremo Tribunal Federal, o seu advogado particular, que por longos anos o defendeu em julgamentos históricos – no caso, o advogado paulista Cristiano Zanin –, não chega a entusiasmar o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto. “Em bom princípio, não parece de bom juízo”, adverte o jurista.

E por que falta “bom juízo”? “Porque dá a entender que é o pagamento de uma dívida pessoal. Como que obedecendo a um impulso de gratidão. E isso fere o princípio da impessoalidade”, argumenta Britto. Serão duas vagas só este ano. A primeira se concretizou nesta terça-feira, 11, quando o ministro Ricardo Lewandowski se aposentou oficialmente, um mês antes da data-limite.

Na avaliação das escolhas de Lula, Ayres Britto acrescenta: “É preciso que a sociedade, orientada pela imprensa, seja informada desses requisitos. Tem de ser uma pessoa experiente, muito experiente. Que concilie o consciente emocional e o intelectual”. Nesta conversa com Cenários, Britto alerta que o Brasil vive tempos “altamente conturbados”, num ambiente de “estresse coletivo” que “é industriado, não é de geração espontânea”. E o Supremo do País julga “sob pressão dos fatos como jamais se viu”. A seguir, os principais trechos de sua análise.

Há um debate correndo solto, nos meios jurídicos e políticos do País, sobre a escolha do sucessor do ministro Lewandowski, no STF. Quais qualidades esse sucessor deveria ter?

A nomeação de um ministro do Supremo, a última instância a interpretar a Constituição, exige notabilidade do saber jurídico e reputação ilibada. Essa reputação ilibada é mais do que idoneidade moral – que se prova com certidões negativas de cartório. A reputação ilibada é um conceito ético tão prestigiado que nem precisa provar nada, é moralmente acima de qualquer suspeita.

No caso concreto, o que acha de o presidente da República indicar para esse posto um profissional que foi, por muitos anos, seu defensor como advogado criminalista?

Em bom princípio, não parece de bom juízo, de bom alvitre. Porque dá a entender que é um pagamento de uma dívida pessoal, que obedece a um impulso de gratidão, e isso fere o princípio da impessoalidade. Está lá, na cabeça do Art. 37 da Constituição. Não estou dizendo que o nome cogitado, o advogado Cristiano Zanin, não tenha condições de ir para o STF. Não é isso. Mas não parece um bom critério. A meu ver a nomeação de um ministro para o STF precisa ser acompanhada mais de perto pela imprensa – me permito, com todas as vênias, lhe dizer isso. Porque, veja só, não existe um Supremo Congresso Nacional, nem um supremo presidente da República. Mas existe um Supremo Tribunal Federal.

E há outras vagas a serem preenchidas aí pela frente. Serão duas vagas e duas nomeações este ano. E é preciso que a sociedade seja informada, pela imprensa, dos requisitos para tais escolhas. Tem de ser uma pessoa experiente na vida, muito experiente. E equilibrada emocionalmente, que concilie bem o consciente emocional e o intelectual. De preferência, uma pessoa versada na Constituição, a lei das leis.



Ayres Britto foi ministro do STF entre 2003 e 2012, e presidiu a corte entre abril e novembro de 2012 Foto: André Dusek/Agência Estado

Não acha que, nesse mundo de hoje, tão maluco, seria necessário também um teste psicológico?

Teste psicológico, não. Mas é possível saber se o nomeado é um constitucionalista, versado na lei das leis. É preciso que ele seja um democrata convicto, de raiz. Por isso é que digo: a imprensa deve acompanhar bem de perto esse processo, até a decisão do Senado.

Sim, a responsabilidade final é dos senadores...

De fato. Pois o presidente não nomeia, ele indica sua escolha ao Senado. Este é que aprova a nomeação. Então, que o Senado faça dessa reunião em duas instâncias, Comissão de Constituição e Justiça e plenário, uma oportunidade de testar a conformidade do indicado aos parâmetros da Constituição.

Diria que o STF virou hoje um órgão político?

Não, não diria. É que os dias atuais são peculiarmente conturbados, há um estresse coletivo, a meu ver provocado, industriado, não é de geração espontânea. Há os mentores de uma causa, depois os financiadores, a seguir os executores, para manter a sociedade num cabo de guerra. O Supremo tem sido obrigado a trabalhar nesse clima de tensionamento de um modo como jamais se viu antes no País. Mas ele não tem incorrido em ativismo, não tem usurpado competências de quem quer que seja.

Acha que esse clima aumentou com a expansão das fake news, as reações e interpretações para tudo?

Sim, tem a ver. Esse mundo internetizado turbinou tudo, as comunicações digitais são instantâneas, de caráter planetário e acesso ilimitado. Há pessoas que vão para a internet para criar notícias – notícias que não correspondem aos fatos.

Com isso, a liberdade é que sofre, não?

Sim, e veja bem, a liberdade de imprensa está para a coletividade assim como a liberdade de expressão está para o indivíduo. Assim, eu costumo dizer que a liberdade de expressão é a maior expressão da liberdade. O que isso quer dizer? Que coisas como fake news e comunicações online não podem ser objeto de regulação infraconstitucional. Tudo vai depender, nessa área, de como o Judiciário vai interpretar a Constituição.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 12/04/2023

ECONÔMICO
Valor
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

REGULAMENTAÇÃO DA 'BR DO MAR' SAI EM ATÉ 45 DIAS, DIZ MINISTRO

Expectativa é que o projeto aumente o transporte por meio de cabotagem no país, em uma alternativa ao transporte rodoviário

Por Murillo Camarotto, Valor — Brasília



— Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, disse nesta quarta-feira que a regulamentação da chamada “BR do Mar” deve sair entre 30 e 45 dias.

A expectativa é que o projeto aumente o transporte por meio de cabotagem no país, em uma alternativa ao transporte rodoviário.

Em vigor há mais de um ano, a lei que instituiu a “BR do Mar” ainda não teve os efeitos desejados pelo setor

privado por falta de regulamentação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/04/2023

MINÉRIO DE FERRO CAI 1% NO MERCADO À VISTA, PARA US\$ 120,75 POR TONELADA

Ciclone na Austrália, no entanto, pode puxar preço

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



— Foto: Leo Pinheiro/Valor

Na contramão dos contratos futuros, os preços do minério de ferro voltaram a recuar nesta quarta-feira no mercado à vista, apagando parte dos ganhos do dia anterior. O viés, contudo, é de suporte ou alta de preços nos próximos dias, com um alerta de ciclone na Austrália, dona das maiores reservas globais da commodity, e o salto no volume de empréstimos na China, renovando o otimismo com a recuperação da economia local.

No norte do país asiático, indica o índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o minério com teor de 62% de ferro recuou 1% nesta quarta-feira, para US\$ 120,75 por tonelada.

Com isso, a principal matéria-prima do aço passou a exibir queda de 5,2% em abril e valorização acumulada de 2,9% no ano.

Os contratos futuros mais negociados na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), com entrega em setembro, encerraram a sessão diurna com alta de 0,8%, para 792,50 yuans (US\$ 115) por tonelada.

Em nota enviada a clientes nesta manhã, o analista Daniel Sasson, do Itaú BBA, destacou que a passagem de um ciclone tropical na costa Oeste da Austrália pode afetar a oferta e o transporte da commodity na região.

Conforme o analista, autoridades australianas emitiram alerta de passagem de ciclone na região de Portland, onde fica o maior porto de exportação de minério do mundo, e Broome nos próximos dias.

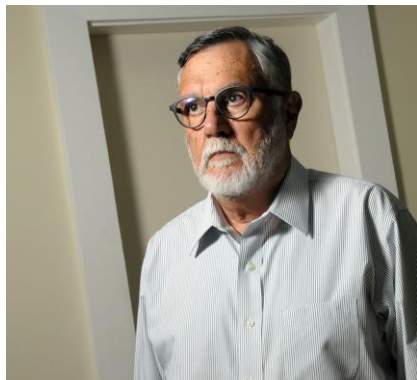
“Port Headland é o maior ponto de exportação de minério de ferro do mundo e é usado por BHP e Fortescue. Nessa quarta-feira, 12/04, o porto já começou a liberar os navios”, escreveu. “Difícil mensurar impacto, mas pode haver interrupção de produção nas minas e/ou escoamento nos portos, inclusive potenciais danos a estruturas. Dependendo das consequências, isso pode suportar preços de minério nas próximas semanas”, acrescentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/04/2023

EMPRESAS USAM MAIS REDES PRIVATIVAS DE TELECOMUNICAÇÕES

Companhias de energia estão entre as principais interessadas; Vale vai testar aplicações em 5G
Por Rodrigo Carro — Do Rio



Santarém, da UTC, diz que há muitos projetos de concessionárias represados — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A digitalização da indústria e de concessionárias de serviços de utilidade pública essenciais impulsiona a montagem de redes privadas de telecomunicações no país. Desde o ano passado, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) concedeu 20 autorizações para empresas operarem redes próprias em quatro faixas de frequência distintas. Isso equivale a dois terços - 66% - do total de autorizações concedidas pelo regulador desde 2015.

Encerrada em dezembro do ano passado, a consulta pública da Anatel destinada a colher subsídios para uma atualização do regulamento de uso de frequências em redes privadas teve contribuições de 20 empresas ou organizações. A lista inclui Vale, Samarco e empresas do setor elétrico - Coelba e Cemig, entre outras - que demonstraram interesse no tema. Os administradores dos portos de Santos e Paranaguá também conversaram com a Anatel sobre a possibilidade de ativar redes 5G na faixa de 3,7 gigahertz (GHz) a 3,8 GHz, informou a agência.

Entre as empresas de serviços de utilidade pública há mais projetos de redes privadas represados aguardando decisão da Anatel sobre as frequências a serem usadas, diz Ronaldo Santarém, vice-presidente do braço latino-americano da UTC, associação voltada para especialistas em telecomunicações que trabalham em companhias de energia, gás e água. Santarém cita como exemplo a frequência de 410 megahertz (MHz).

A Anatel pretende publicar os requisitos técnicos para utilização da faixa de 410 MHz a 415 MHz ainda neste primeiro semestre, adianta Vinicius Caram, superintendente de outorga e recursos à prestação da agência reguladora. “Dar o espectro [eletromagnético] é só um primeiro passo”, diz o superintendente. Caram explica que, ao disponibilizar uma faixa compatível com o serviço, a Anatel leva em conta também o ecossistema estabelecido - fornecedores de produtos e serviços - em torno daquela frequência. “A maior parte das aplicações [em redes privadas] que vemos acaba caindo no 4G”, conta o superintendente.

Esse é o caso da holding Neenergia, que desde 2020 usa a tecnologia de comunicação de dados de quarta geração para conectar medidores de energia de clientes na cidade paulista de Atibaia. São 78 mil medidores cobertos por seis redes móveis na faixa de 700 MHz. Entre outras aplicações, a conexão sem fio permite a reconfiguração automática da rede elétrica em caso de falha e a calibração em tempo real da qualidade da energia na residência ou estabelecimento comercial do cliente.

A holding obteve ainda autorização da Anatel para usar experimentalmente as faixas de 410 MHz e 450 MHz. “É importante que a Anatel disponibilize um cardápio de frequências [para uso em redes privadas]”, frisa Ricardo Leite, superintendente de Redes Inteligentes da Neoenergia. O objetivo da empresa é montar redes que viabilizem múltiplos serviços que vão desde a comunicação por voz ou vídeo até a conexão com dispositivos IoT (Internet das Coisas).

Há, inclusive, a possibilidade de incorporação da tecnologia 5G à rede privada da Neenergia. “Estamos discutindo [em conjunto com outras empresas] o uso das faixas de 410 MHz e 450 MHz para aplicações de 5G”, acrescenta Leite, frisando que a viabilidade de uso da tecnologia vai depender da formação de um ecossistema voltado para estas faixas de frequência.

A Vale pretende testar este ano aplicações em 5G nas áreas de robótica, retorno de barragens ao meio ambiente e manutenção preditiva. A empresa informou que desde novembro de 2019 mantém contrato com a Vivo para implementar uma rede privada 4G no Brasil. Os testes com a tecnologia de quarta geração na mina de Carajás, no Pará, começaram em 2021 e atualmente há 14 caminhões e duas perfuratrizes autônomas rodando no local que utilizam rede 4G. De acordo com a Vale, não houve acidentes causados pelos veículos autônomos em Carajás desde sua implantação. "O grande diferencial da rede 4G/LTE é que ela pode ser facilmente escalada para o 5G", diz a companhia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/04/2023

VENDA DE PASSAGENS A R\$ 200 DEVE COMEÇAR EM AGOSTO COM 3 AÉREAS, DIZ FRANÇA

Segundo o ministro, as passagens vendidas por meio das companhias Latam, Gol e Azul

Por Folhapress — São Paulo



Aviões da Tam, Avianca, Gol no terminal 2 e 1 no aeroporto internacional Tom Jobim: falta firmar acordo com as concessionárias dos aeroportos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), disse que o programa Voa Brasil, com passagens aéreas a R\$ 200, deve começar a funcionar em agosto. As declarações foram em entrevista a O Globo.

O que o ministro falou:

Márcio França disse que dará o início ao programa a partir do segundo semestre de 2023, com passagens vendidas por meio das companhias aéreas Latam, Gol e Azul. No entanto, falta firmar acordo com as concessionárias dos aeroportos.

França destacou que o governo não fará aporte financeiro para subsidiar o programa, mas ajudará na parte de organização e divulgação, por meio da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

No momento, o Voa Brasil prevê passagens mais baratas no período de baixa temporada para estudantes do Fies, bolsistas, funcionários públicos, aposentados e todos aqueles inscritos no CadÚnico, onde são registradas as famílias beneficiárias de programas assistenciais do governo. Aqueles que têm direito, deverão se cadastrar diretamente nos sites das empresas aéreas.

Os beneficiários poderão adquirir até duas passagens ao ano pelo valor de R\$ 200, cada passagem com direito a um acompanhante.

Para o ministro, o programa "é mais um arranjo de oportunidades das empresas privadas do que um programa público".

O ministério de Portos e Aeroportos estima que o Voa Brasil pode acrescentar até cinco milhões de novos passageiros em todo o país. O governo quer ocupar de 5% a 10% das vagas ociosas nos voos, ou seja, aquelas vagas que não são preenchidas no período de baixa temporada, quando a procura por viagens é menor.

Por fim, Márcio França falou que o ministério estuda a possibilidade de "propostas agregadoras" junto às redes hoteleiras, pousadas e locadoras de veículos para atrair mais clientes no período de pouca procura.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 12/04/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

RECEITA QUER INTENSIFICAR FISCALIZAÇÃO DE IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO

Objetivo é evitar fraudes por grandes empresas de comércio eletrônico

Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil - Brasília

A Receita Federal vai intensificar a fiscalização do pagamento de impostos de produtos importados via comércio eletrônico. Segundo o órgão, não haverá aumento de tributo, pois hoje já existe a tributação de 60% sobre o valor da encomenda, “mas que não tem sido efetiva”.

“O que se está se propondo são ferramentas pra viabilizar a efetiva fiscalização e exigência do tributo por meio de gestão de risco”, informou. “A Receita vai centrar sua fiscalização nas remessas de maior risco, em que nossos sistemas de gestão de riscos, alimentados pelas declarações antecipadas, apontem risco maior de inconsistências”, explica o comunicado.

A proposta da Receita é obrigar a apresentação de declarações completas e antecipadas da importação, com identificação completa do exportador e do importador. Em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos haverá multa.

Atualmente, existe isenção de impostos sobre remessas internacionais até US\$ 50, somente para transações feitas de pessoas físicas para pessoas físicas. Entretanto, o órgão está propondo mudanças no processamento de encomendas para evitar fraudes por grandes empresas estrangeiras.

“Esse benefício é apenas para envio de pessoa física para pessoa física, mas vem sendo amplamente utilizado fraudulentamente, para vendas realizadas por empresas estrangeiras”, explicou o órgão em nota à imprensa, na noite desta terça-feira (11) para esclarecer informações divulgadas pela imprensa de que o órgão acabaria com esta isenção específica de imposto.

A Receita quer dar o mesmo tratamento nas remessas de pessoas jurídicas e físicas. “Hoje as remessas por pessoas físicas de bens com valor relevante são absolutamente inexpressivas. Essa distinção só está servindo para fraudes generalizadas nas remessas”, argumentou.

Para a Receita, as medidas visam beneficiar os consumidores. “Com a declaração antecipada, a mercadoria poderá chegar no Brasil já liberada (canal verde), podendo seguir diretamente para o consumidor”, afirmou. “Com o tempo, o próprio consumidor vai preferir comprar de empresas confiáveis, que atendam estritamente a legislação brasileira”, completa.

Cobrança

Atualmente, as importações por pessoas físicas não podem ultrapassar US\$ 3 mil por operação. Até US\$ 500, o imposto é simplificado e corresponde a 60% da compra, incluindo o valor do produto e de eventuais taxas de frete e de seguro. De US\$ 500 a US\$ 3 mil, também incide o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), administrado pelos estados, e uma taxa de despacho aduaneiro de R\$ 150.

Acima de US\$ 3 mil, a compra passa a ser considerada de pessoa jurídica. Cada produto é tarifado conforme o Imposto de Importação e são acrescidos outros tributos como Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Em duas situações o Imposto de Importação não é cobrado. A primeira é a isenção estabelecida por lei para livros, revistas (e demais publicações periódicas) e remédios. No caso dos medicamentos, compras por pessoas físicas de até US\$ 10 mil são isentas, com o produto liberado somente se cumprirem os padrões da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Por fim, também não pagam imposto encomendas de até US\$ 50, benefício só concedido se a remessa ocorrer entre duas pessoas físicas, sem fins comerciais.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 12/04/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETROBRAS REDUZ EM 39% EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA NOS ÚLTIMOS SETE ANOS

Da Redação NOTÍCIAS



Gerente executiva de Mudanças Climáticas da Petrobras, Viviana Coelho

Somente em metano, companhia registrou queda de 67% em emissões nesse período

A Petrobras reduziu em 39% suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) de 2015 a 2022 – incluindo a queda de 67% somente nas emissões de metano nesse período. De olho no futuro, a companhia mapeou cerca de 500 oportunidades para mitigação de emissões operacionais de GEE em todos os segmentos, classificadas em cinco categorias: eficiência,

energia, perdas, processo e remoção de CO₂. Em paralelo, a Petrobras estuda novas oportunidades nos segmentos de energias de baixo carbono, como bioprodutos, hidrogênio e renováveis.

Além disso, a empresa conseguiu dobrar sua eficiência em emissões de GEE na produção de petróleo e gás, com utilização intensiva de tecnologias para redução de emissões, como o CCUS (Carbon Capture, Utilization and Storage) - que consiste na captura, uso e armazenamento geológico de CO₂. Líder global na operação dessa tecnologia, a Petrobras bateu recorde mundial no ano passado, alcançando a marca de 10,6 milhões de toneladas de CO₂ reinjetadas nos campos do pré-sal. Ao reinjetar o gás no reservatório, a companhia aumenta a eficiência da produção e reduz a intensidade de emissões.

Esses foram alguns dos destaques apresentados pela gerente executiva de Mudanças Climáticas da Petrobras, Viviana Coelho, no painel “O Potencial Brasileiro na Oferta de Carbono e o Soft Power Verde”, no primeiro dia da Rio 2C, maior evento de criatividade e inovação da América Latina, em cartaz na Cidade das Artes, no Rio de Janeiro, até 16/04 (domingo). A executiva ressaltou o recente lançamento do Caderno do Clima da Petrobras (Mudanças do Clima | Petrobras), considerado uma referência na indústria em transparência e abrangência de dados.

“Em 2022, atingimos nosso melhor resultado histórico em intensidade de emissões tanto nas atividades de exploração e produção (E&P) quanto no refino. Desde 2009, caiu à metade a emissão de GEE para cada barril produzido no E&P (de 30 kgCO₂e, em 2009, para 15 kgCO₂e por barril). Graças a esses avanços, a Petrobras opera hoje alguns campos de petróleo com resultados de referência para a indústria de O&G, como Tupi e Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Para se ter ideia, somente nesses campos, que representam cerca de 51% da nossa produção, atingimos

desempenho de 10 kgCO₂e para cada barril de petróleo produzido.”, ressaltou Viviana. Na jornada de descarbonização, a Petrobras tem a ambição de atingir a neutralidade nas emissões de gases de efeito estufa em 2050.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

DIRETOR-GERAL DA ANTAQ AFIRMA QUE AGÊNCIA DARÁ FOCO A AGENDA HIDROVIÁRIA

Da Redação NAVEGAÇÃO 12/04/2023 - 20:13



Segundo Eduardo Nery, a Antaq está com uma agenda prioritária para a viabilização de hidrovias no país

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, afirmou que a autarquia dará prioridade à agenda hidroviária do país. O objetivo é fazer com que o modal, além de promover a intermodalidade, equilibre a matriz de transportes do país.

A fala aconteceu durante o painel “Transporte e Logística” no Fórum da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), nesta quarta-feira (12). Segundo Nery, o entendimento da necessidade de viabilizar as hidrovias brasileiras é compartilhado pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. Além disso, os estudos já vêm sendo feitos em parceria com a pasta que possibilitarão concessões hidroviárias.

“É necessário expandir a nossa infraestrutura hidroviária. Fico feliz que a busca dessa expansão também é uma agenda prioritária do ministro Márcio França. Temos uma série de estudos com o ministério para podermos destravar essa pauta tão importante para o país”, disse. O diretor-geral acrescentou que a hidrovia é a última fronteira de desenvolvimento da infraestrutura. “Ela possibilita que tenhamos a nossa matriz de transporte equilibrada, além de dar maior vazão às nossas commodities agrícolas”, falou.

Concessões

Ainda durante o painel, Eduardo Nery comentou sobre os futuros arrendamentos que vêm sendo estudados pela ANTAQ. Ele explicou que a carteira de projetos da autarquia conta com diversas concessões simplificadas, e que os estudos e editais seguem na agenda para publicação.

“Temos uma série de projetos de natureza simplificada no nosso pipeline. Uma inovação da agência para tentar tornar mais céleres arrendamentos de menor valor e que deixavam áreas muitas vezes ociosas. Também lançamos este ano a audiência pública do terminal ITG 02. Se tudo correr bem este terminal trará mais R\$ 3 bilhões em investimentos”, disse.

Parceria com a ANTT

Pela manhã, o diretor-geral da Antaq participou de um evento promovido pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL). Na ocasião, Nery discursou sobre o papel da Agência na promoção da intermodalidade.

O diretor-geral destacou que a autarquia vem trabalhando em parceria com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para mitigar gargalos nos acessos portuários do país, o que viabilizará maior escoamento de produtos exportados e importados pelo país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

GOVERNO FEDERAL DEVE ATINGIR R\$ 6 BILHÕES GARANTIDOS PARA INFRAESTRUTURA NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DO ANO

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 12/04/2023 - 20:09



Ministro dos Transportes apresentou balanço da atual gestão em audiência pública organizada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados

Nos quatro primeiros meses deste ano, o país vai garantir para a infraestrutura um valor superior ao executado em todo ano de 2022, destacou o ministro dos Transportes, Renan Filho. Ele participou nesta quarta-feira (12) de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. De janeiro a abril, a pasta prevê

investir R\$ 6 bilhões em manutenção de infraestrutura dos modais e em novos empreendimentos.

Com os recursos, será possível aumentar a competitividade da economia, reduzir a desigualdade regional e promover a integração nacional em prol do desenvolvimento do país a partir da renovação e ampliação das ferrovias e rodovias brasileiras. Até o fim do ano, o ministério deve empenhar cerca de R\$ 23 bilhões em infraestrutura.

“Para chegar ao total previsto, estamos reativando os contratos, intensificando os esforços para retomar as grandes obras no país. Nós também vamos trabalhar nas concessões rodoviárias e ferroviárias. Ampliar o modal ferroviário no Brasil é muito importante para o crescimento do país”, disse o ministro.

Balanço

Aos deputados, o ministro apresentou o planejamento para os primeiros meses de gestão. São cinco pontos principais: revitalização, retomada e intensificação de obras rodoviárias e ferroviárias; prevenção de acidentes e redução de mortes nas rodovias federais, medidas para escoamento da safra de grãos, pronto atendimento para emergências climáticas e nas ações de fortalecimento para atração de investimento privado.

Entre janeiro e abril, o Ministério dos Transportes já empenhou R\$ 3,3 bilhões em diversas obras pelo país. Como resultado, são 2.158 quilômetros duplicados, adequados, pavimentados e revitalizados de rodovias. Ambos os números superam as metas iniciais, que eram, respectivamente, de R\$ 1,7 bilhão e 1.523 quilômetros.

“Todas as obras em andamento de recuperação, construção e adequação das rodovias foram discutidas com os governos estaduais. Esse diálogo com os gestores locais é importante pois ajuda o próprio ministério a ter um bom desempenho na execução”, disse.

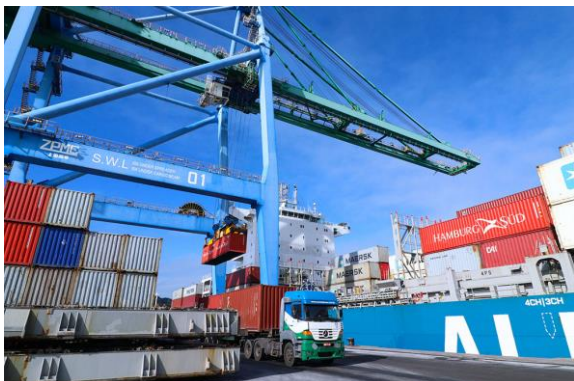
Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 12/04/2023

1ª TURMA DO STJ REITERA DECISÃO DO TRF-3 SOBRE LEGALIDADE DA COBRANÇA DO SSE/THC-2

Por Danilo Oliveira *PORTOS E LOGÍSTICA* 12/04/2023 - 20:09

No julgamento realizado na última terça-feira (11), ministros da segunda instância negaram recursos apresentados pelo Cade e pela Marimex



A 1ª Turma STJ do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou de forma unânime a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), que havia declarado como legal a cobrança do Serviço de Segregação e Entrega de Contêineres (SSE), também chamado de THC-2. No julgamento realizado na última terça-feira (11), os ministros reconheceram o mérito, porém negaram os recursos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da empresa Marimex.

Os ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Benedito Gonçalves (presidente) votaram com o ministro-relator, Sérgio Kukina. O ministro Paulo Sérgio Domingues não votou por estar impedido neste processo.

Para o diretor jurídico da Santos Brasil, Gabriel Moura, a decisão do STJ é mais um precedente no sentido da consolidação e pacificação do entendimento da absoluta legalidade da cobrança do SSE no Judiciário. “Além disso, reflete o atual entendimento dos estudos técnicos do Cade, da Antaq e da Secretaria Nacional de Portos (SNPTA), órgãos de estado competentes para regular e legislar sobre a matéria”, comentou em nota.

(Em atualização)

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 12/04/2023

FICO: INFRA S.A. LIBERA 80 QUILÔMETROS DE FERROVIA DE INTEGRAÇÃO CENTRO-OESTE

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA* 12/04/2023 - 20:07



Desapropriações ocorreram nos municípios de Crixás e Santa Terezinha de Goiás, em Goiás

A Infra S.A. concluiu o processo de desapropriação de 50 quilômetros de terras localizadas na faixa de domínio da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), em Goiás. Desta forma, foram liberados 80 quilômetros de frente de obras para a construção do primeiro trecho da ferrovia. Agora, a Vale – empresa responsável pelas obras – conta com um prazo de cinco anos para finalizar o empreendimento. O ofício que informa a conclusão das desapropriações foi

enviado pela Infra S.A. à Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), responsável por fiscalizar o cronograma das atividades.

A construção da ferrovia é resultado de um acordo entre a Infra S.A., ANTT e a Vale. O mecanismo de investimento cruzado permitiu que ao realizar a renovação antecipada da concessão das ferrovias operadas pela Vale, a empresa desse a contrapartida de realizar investimentos em obras nas estradas de ferro outorgadas à Infra S.A.

A primeira remessa com os trilhos que serão utilizados para a construção do trecho inicial, com 363 quilômetros de extensão e que vai até o município de Água Boa (MT), foi entregue no canteiro de obras, localizado no município de Mara Rosa (GO), no início de março.

Obras antecipadas

A Infra S.A. acompanha as atividades de pré-obra realizadas pela Vale em Mara Rosa. Desde o início dos trabalhos, foram executadas ações de desmonte de rochas, terraplenagem e fabricação de

aduelas. Como parte das iniciativas de mitigação de impactos ambientais, também são cultivadas mudas de árvores que serão utilizadas no programa de plantio compensatório.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

RIO DE JANEIRO RECEBE PRIMEIRO NAVIO DE GRANDE PORTE EQUIPADO COM VELA ROTATIVAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/04/2023 - 20:03



Embarcação, atracada em terminal da Vale, em Mangaratiba, usa força do vento para melhorar eficiência e reduzir emissão de carbono

O Rio de Janeiro recebeu nesta terça-feira (11) o primeiro navio de transporte de minério de ferro do mundo equipado com sistema de velas rotativas (rotor sails). O sistema permite utilizar a força do vento para aumentar a eficiência da embarcação, reduzindo as emissões de carbono. O "Sea Zhoushan", um Guiabamax da categoria VLOC (Very Large Ore Carrier), com capacidade de 325 mil toneladas, está

atracado no Terminal da Ilha Guaíba (TIG), operado pela Vale, em Mangaratiba, no litoral sul fluminense. As instalações do terminal foram adaptadas para este tipo de operação no final do ano passado.

As velas rotativas são rotores cilíndricos, com quatro metros de diâmetro e 24 metros de altura - equivalente a um prédio de sete andares. Durante a operação, os rotores giram em diferentes velocidades, dependendo de condições ambientais e operacionais do navio, para criar uma diferença de pressão de forma a propelir o navio para a frente, a partir de um fenômeno conhecido como efeito Magnus.

“São cinco velas instaladas ao longo da embarcação que trazem um ganho de eficiência de até 8% e uma consequente redução de até 3,4 mil toneladas de CO2 equivalente por navio por ano”, afirma o gerente de Engenharia Naval da Vale, Rodrigo Bermelho. O Sea Zhoushan está em teste desde julho de 2021 e até agora fez cinco viagens, transportando minério de ferro produzido pela companhia.

A embarcação atracada no TIG saiu de Singapura no dia 23 de janeiro. O processo de carregamento dura, em média, dois dias. Depois, ela segue para a China.

O "Sea Zhoushan" é o primeiro mineraleiro do mundo a usar um sistema de velas rotativas, que gera um ganho de eficiência energética de até 8%, reduzindo as emissões de carbono

Novos projetos

Segundo Bermelho, a tecnologia vem se mostrando bem-sucedida em testes e tem estimulado parcerias e novos projetos. “A Vale entrou recentemente no mercado, por exemplo, com uma solicitação para contratos de longo prazo para um projeto inovador de novos navios Guaibamax equipados com velas a rotor e movidos a bicombustível, permitindo o uso de metanol como alternativa ao bunker”, explica.

O mix das duas tecnologias tem potencial para reduzir cerca de 23% das emissões de gases do efeito estufa em comparação com a atual geração do Guaibamax. Além disso, a embarcação será projetada com flexibilidade para, no futuro, receber um tanque e sistemas para utilização de gás natural liquefeito e/ou amônia, caso esses combustíveis sejam melhores alternativas em termos de custos e emissões.

O novo projeto incorporou os melhores resultados de tecnologia de ponta em avaliação no programa EcoShipping, iniciativa de P&D criada pela área de navegação da Vale para atender ao desafio da



empresa de reduzir suas emissões de carbono, em linha com o que vem sendo discutido Organização Marítima Internacional (IMO).

Tecnologia

A instalação da tecnologia de velas rotativas, fornecida pelo fabricante finlandês Norsepower, é um projeto liderado pela Vale, que contou com a parceria do armador coreano Pan Ocean para instalação em um de seus VLOCs a serviço da Vale. A companhia tem estudos sobre o uso da tecnologia de propulsão a vento desde 2016. "A energia eólica está na origem da navegação comercial, foi esquecida nos últimos séculos, e volta a se reconciliar", conclui Bermelho.

No início de março, a Vale e a Mitsui OSK Lines anunciaram uma parceria para instalar duas velas rotativas em um navio graneleiro do armador, com capacidade de 200 mil toneladas. A embarcação é atualmente empregada em um contrato de médio prazo para transporte de minério de ferro para a Vale. A instalação das velas do rotor está prevista para o primeiro semestre de 2024.

Terminal tem instalações adaptadas

As operações da Vale em Mangaratiba receberam melhorias para possibilitar a atracação de navios de grande porte, com capacidade de até 325 mil toneladas. A primeira embarcação com essas características que embarcou no local foi o Sea Caofeidian, em novembro do ano passado.

"O terminal recebeu adequações para a atracação dos Guaibamax e a equipe foi capacitada para esta operação. O porto também começa a receber outros navios deste porte, aumentando a eficiência e a tecnologia nas operações", diz Walter Pinheiro, gerente-executivo de Operações do TIG e da Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS), em Itaguaí, onde a Vale também opera operações portuárias.

Em 2022, o Terminal da Ilha Guaíba (TIG) embarcou 27,8 milhões de toneladas. O dado faz parte do Balanço Vale+, relatório divulgado recentemente.

Um gigante em alto-mar

Comprimento: 340 metros (equivalente a quase nove vezes o comprimento da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, ou 3,5 vezes as de um campo oficial de futebol);

Largura: 62 metros (extensão um pouco maior que a de 12 carros populares de mil cilindradas enfileirados);

Altura do casco: 29,5 metros (equivalente a um prédio de quase 10 andares);

Capacidade de carregamento: 325 toneladas (capaz de levar 325 carros populares de mil cilindradas);

Altura da vela: 24 metros (equivalente a um prédio de oito andares);

Diâmetro da vela: 4 metros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

VLI TEM NOTA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO AAA REAFIRMADA PELA S&P

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/04/2023 - 19:50

A VLI – companhia de serviços logísticos multimodais que opera portos, ferrovias e terminais – recebeu a melhor classificação de avaliação de risco, o AAA, pela S&P Global Ratings, com perspectiva estável. A agência é uma das mais renomadas agências internacionais de classificação de risco.

A S&P sinalizou que o baixo risco de crédito da empresa demonstra a segurança operacional e financeira da VLI. Entre os pontos fortes apontados está a localização da malha viária em região com

volume significativo de cargas, integrada com serviços portuários, além da capacidade de aumento da utilização dos serviços da companhia, levando-se em consideração gargalos logísticos do país.

“Este é mais um reconhecimento da solidez da gestão da companhia, que atesta a saúde do nosso negócio para nossos investidores e o compromisso da VLI de seguir trilhando sua trajetória de crescimento de forma sustentável e segura”, afirma o CEO interino e diretor Financeiro, de Serviços e Supply Chain da VLI, Fábio Marchiori.



Outro destaque da VLI no relatório da S&P foi a diversificação das cargas transportadas. Em 2022, a companhia fechou com movimentação de 60 milhões de toneladas nas ferrovias e 41 milhões de toneladas nos terminais portuários.

O cenário base da agência para a avaliação geral levou em consideração fatores como: o crescimento do PIB brasileiro estimado em 0,8% em 2023 e os volumes de transporte ferroviário e de atividades portuárias aumentando cerca de 10% e 5%, respectivamente, em 2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

WILSON SONS REALIZA DOCAGEM DE EMBARCAÇÃO DA TECHNIPFMC NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA, NO GUARUJÁ, NO PORTO DE SANTOS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 12/04/2023 - 19:46



Serviços de manutenção preventiva do 'guindaste flutuante' Cábrea Vitória, realizados a cada cinco anos, envolveram 100 colaboradores da empresa

A Wilson Sons firmou nova parceria com a TechnipFMC para a execução dos serviços de docagem nos estaleiros da companhia, no Guarujá (SP), no Porto de Santos. A embarcação cábrea "Vitória Lift 1", da TechnipFMC, concluiu a docagem para renovação da CSN (Certificação de Segurança de Navegação) com a realização de manutenção preventiva nos estaleiros da companhia. Esta é a

segunda docagem realizada pela Wilson Sons a pedido do armador — a anterior aconteceu em 2018.

A cábrea "Vitória" é uma embarcação com capacidade de carga de 400 toneladas, que atua no carregamento e descarregamento de bobinas de aço na região de Vitória, no Espírito Santo. A docagem teve duração de um mês e foi concluída em março, contando com o apoio dos rebocadores da Wilsons Sons para a movimentação da cábrea para entrada do dique seco.

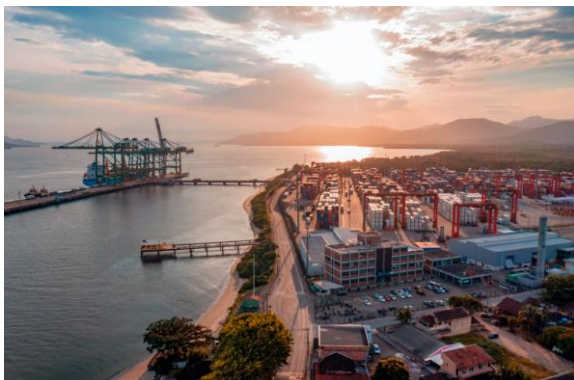
Durante a docagem, aproximadamente 100 colaboradores da Wilson Sons estiveram envolvidos nos serviços, de forma direta e indireta, entre técnicos, engenheiros, soldadores, pintores e outros profissionais especializados. Ao término do projeto, a Wilson Sons enviou pesquisa de satisfação à TechnipFMC e recebeu nota máxima pela "Capacidade para trabalhar em parceria e compreender as necessidades do cliente (como acompanhamento do serviço e flexibilização para aditivos)".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

PORTO ITAPOÁ REGISTRA MOVIMENTAÇÃO RECORDE EM MARÇO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/04/2023 - 19:38



O mês de março foi histórico para o Porto Itapoá com o registro recorde, desde sua inauguração há mais de dez anos, com mais de 51,6 mil contêineres movimentados no período. O recorde anterior era de julho de 2022, quando o porto registrou movimentação superior a 49,7 mil contêineres. O acumulado do trimestre também foi positivo, com aumento de 14,5% se comparado ao trimestre anterior. Neste período, 39% das operações feitas pela Tek Trade, empresa especializada em comércio exterior, foram realizadas por Itapoá.

Investimento em tecnologia

Entre as recentes aquisições do Porto de Itapoá está um novo scanner, já em operação, para inspecionar os contêineres que entram em seu pátio. O equipamento modelo HCVM XT, que é o primeiro em território brasileiro, teve um investimento de cerca de R\$10 milhões.

Aquisição recente também foram dez guindastes móveis sob pneus operados por controle remoto, únicos na América do Sul, que darão mais agilidade às operações do terminal. Com investimento de mais de 25 milhões de dólares, os primeiros equipamentos chegam em maio, enquanto a segunda remessa está programada para novembro deste ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

CRONOGRAMA PREVÊ 100% DAS DECLARAÇÕES DE IMPORTAÇÃO NO PORTAL ÚNICO EM 2024

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 12/04/2023 - 19:23



Siscomex Carga vem sendo revisto e adotará novas metodologias, relacionadas principalmente à transmissão eletrônica de dados, de forma semelhante ao modelo implementado para controle de cargas aéreas

O governo pretende alcançar, em 2024, 100% das declarações de importação do Portal Único Comércio Exterior Portal (Siscomex), que congrega todos os órgãos anuentes do comércio exterior brasileiro. O subsecretário de administração aduaneira do Ministério da Fazenda, Jackson Aluir Corbari, explicou que os

índices de backlog (pedidos pendentes) serão concluídos nos dois anos seguintes às últimas entregas ao portal único. Ele avalia que essa construção leva tempo, mas tem avançado ao longo desses anos.

"Já atingimos a meta e temos ainda muitas coisas em andamento. O portal prevê, até final do ano que vem, que 100% das declarações de importação brasileiras estarão no portal único de comex", disse Corbari, nesta quarta-feira (12), durante o seminário 'Os desafios da logística no Brasil', promovido pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol).

Um dos objetivos do portal é aplicar no comércio marítimo um modelo semelhante ao do controle de carga e trânsito aéreo, que será entregue em 2023 e que foi construído com base em metodologia internacional, com participação da IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo, em português) e de empresas aéreas, substituindo o atual sistema 'Siscomex Mantra', reduzindo o tempo de despacho de importação no setor aéreo em torno de 80%. O cronograma prevê a entrega desta etapa para o segmento aéreo no segundo semestre de 2023.

“Vamos fazer o mesmo para o setor aquaviário. O Siscomex Carga também vem sendo revisto e vamos adotar novas metodologias sobretudo a transmissão eletrônica de dados, tal qual fizemos no controle de carga aérea”, projetou Corbari.

O subsecretário de administração aduaneira do Ministério da Fazenda destacou que o Siscomex, que teve início de implementação em 2014, reúne 13 grandes projetos. Um deles é a Janela Única Portuária (JUP), desenvolvida junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), que prevê a junção do programa ‘Porto sem Papel’ ao Siscomex Carga, consolidando em uma só entrada de dados.

Corbari disse que, entre 2017 e 2018, houve redução do tempo de exportação de 12 dias para 6 dias. “Em praticamente um ano, fizemos a nova declaração de exportação, que duplicou a capacidade em relação à armazenagem — possibilidade de diminuir o tempo”, salientou. Na importação, a meta era redução de 17 dias para 10 dias, sendo que o último ‘Time Release Study’, em conjunto com Banco Mundial e a Organização Mundial das Aduanas, estimou tempo médio em torno de 7 a 8 dias.

Ele ressaltou que a filosofia do portal é de integração e parceria com o setor privado, com o qual foram realizadas mais de 700 reuniões para o amadurecimento do modelo. O entendimento, segundo Corbari, é que a ação do Estado é necessária, mas que a ação aduaneira — para proteção da sociedade — tem que ser pontual e bastante precisa, com a mínima interferência possível. O subsecretário acredita que, em parte, isso já ocorre atualmente. “Reduzimos o percentual de verificação de cargas de 15% para em torno de 3% e aumentamos o grau de precisão de 80% a 100%, com inserções bastante pontuais”, analisou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023

PROJETO DE MINI-TRANSPONDER MELHORA SEGURANÇA PARA FAMÍLIAS RIBEIRINHAS NA REGIÃO AMAZÔNICA

Da Redação NAVEGAÇÃO 12/04/2023 - 19:39



A ausência de equipamentos de sinalização de navegação para embarcações de pequeno e médio porte impulsionou a Hydro a apoiar projeto para desenvolver o mini-transponder, por meio da plataforma Conexões Sustentáveis. O Fundo de Sustentabilidade Hydro está apoiando um projeto tecnossocial para produção de mini-transponder no município de Barcarena. Desenvolvido pelo Instituto Açai – Ciência e Cidadania na Amazônia (IACCA), o projeto visa atender as famílias ribeirinhas de Barcarena (comunidades vizinhas da ilha da Trambioca, Ilha Arapiranga e na localidade do Furo do

Arrozal) entregando protótipos do equipamento sem custos. Inicialmente, 178 famílias ribeirinhas serão vinculadas ao projeto, que tem duração de 19 meses, e 80 equipamentos serão distribuídos.

Segundo o IACCA, destas famílias que serão diretamente beneficiadas, 42% usam como meio de trabalho a rabeta, sendo que do percentual de 51,7% dos ribeirinhos que utilizam os rios como meio de sobrevivência, 55,4% navegam à noite, o que aumenta a necessidade do equipamento para melhor visualização. Na mesma pesquisa foi constatado que 72,4% dos pescadores não utilizam nenhum item de segurança, como salva-vidas, e 51,1% deles já sofreram algum acidente com embarcações ou alguém da família.

“O mini-transponder é um equipamento de comunicação via rádio, que sinaliza de forma inteligente a aproximação entre as embarcações, evitando as colisões entre elas e tornando a navegação mais segura nos rios da Amazônia. Vamos investir inicialmente mais de R\$ 200 mil no projeto, com ajuda



do Fundo. A nossa meta é reduzir em até 60% as colisões nas embarcações com permanência do transponder instalado”, ressalta Gilberto Silva, presidente do IACCA.

O projeto nasceu em 2019 de uma ideia inicial do estudante Daniel Gonçalves da Silva, de 17 anos, filho do Gilberto, quando analisava dois acidentes que aconteceram por falha do transponder: o acidente com um avião de passageiros e um avião de pequeno porte, modelo Legacy, em 2006, matando 154 pessoas, e outro entre embarcações em Abaetetuba, à noite, com o naufrágio das duas embarcações e algumas mortes. “Foi tentando minimizar esses problemas recorrentes na região que desenvolvi este mini protótipo para embarcações comuns na região, com o apoio de um amigo programador. Encontrei alguns obstáculos pelo caminho, até chegar no modelo atual, e estou adaptando-o para usar a mesma frequência exigida pela Marinha para dispositivos de localização. Sempre me interessei pela criação de equipamentos, inclusive já desenvolvi outro projeto, para uma feira de ciências da escola, chamado o resgate de brinquedos antigos, em que eu desenvolvia e recriava alguns brinquedos utilizados por nossos pais”, relata Daniel.

Daniel, por conta do projeto, conseguiu uma bolsa de estudos integral no Sistema Inove de Educação, em Abaetetuba, e agora se tornou um pequeno empreendedor, proprietário da Startup Radar e Tecnologia LTDA. Agora em março vai apresentar seu projeto na FEBRACE (Feira Brasileira de Ciências e Engenharia), em São Paulo, e em junho na Genyus Olimpíadas, em Nova York.

Para o pescador Elisomar Barreto de Souza, que é morador da Ilha Trambioca, em Barcarena, e um dos beneficiados pelo projeto, “esta iniciativa vai dar mais segurança aos ribeirinhos que utilizam o rio como meio de navegação, principalmente à noite. Eu nunca sofri nenhum acidente, mas tenho vários amigos que já passaram por isso. Muitos desses acidentes não entram nos registros oficiais dos órgãos competentes. Por isso, é tão difícil quantificar e mais difícil ainda uma fiscalização na região ou suporte como este”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/04/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 12/04/2023